PROPOSIÇÕES E RESOLUÇÕES DA TEIA NACIONAL DA DIVERSIDADE 2014

PROPOSIÇÕES E RESOLUÇÕES DA TEIA NACIONAL DA DIVERSIDADE 2014

ÍNDICE

1. Carta de Natal – SCDC/MinC
2. Relatoria do I Fórum Nacional de Gestoras e Gestores do Programa Cultura Viva
3. Carta Final do I Fórum Nacional de Gestoras e Gestores do Programa Cultura Viva
4. Relatório da Programação Específica para os Povos Ciganos – CGPPC/SCDC/MinC
5. Relatoria da Conferência Livre de Cultura e Educação Popular
6. Deliberações – GTs Estaduais – CNPdC
7. Deliberações – GTs Temáticos – CNPdC
8. Relatoria do II Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural e IV Seminário Nacional de Acessibilidade em Ambientes Culturais
9. Relatoria do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura Indígena
10. Relatório sobre o Fórum de Culturas Afro-brasileiras – PALMARES/MinC
11. O Papel das Universidades no Programa Cultura Viva
12. Carta do GT Cultura da Infância – Uma Política para a Cultura da Infância
13. Balanço Situacional de Credenciamento

MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL

CARTA DE NATAL

Os signatários presentes à TEIA 2014, realizada na cidade de Natal – Rio Grande do Norte, resolvem registrar e pactuar, na Carta de Natal, as principais condicionantes e estratégias que devem orientar as iniciativas de consolidação e fortalecimento do Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva, como a **Política de Base Comunitária do Sistema Nacional de Cultura**, possibilitando, assim, o amplo exercício dos direitos culturais pelo conjunto da população brasileira e explorando as potencialidades da cultura como eixo transversal do desenvolvimento social e econômico sustentável.

O Ministério da Cultura, considerando a assinatura, em dezembro de 2013, da Portaria Nº 118, que reformula o Programa Cultura Viva e passa à denominação de Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva e inserção no Sistema Nacional de Cultura, reconhece que:

a) que quem faz cultura é a sociedade, são as pessoas e o Estado, em ampla parceria com empresas, organizações e entidades que atuam para potencializar as iniciativas, dar visibilidade e possibilitar a criação de conexões entre as mais diversas práticas, projetos e agentes culturais, agregando ações de reconhecimento, fomento, promoção e intercâmbio, assegurando os direitos culturais dos segmentos sociais;

b) o Programa Cultura Viva se destina a promover a produção, a pesquisa, o registro e a difusão das expressões culturais dos grupos e entidades responsáveis pelos modos de ser, pensar e fazer cultural no país, tendo como base a parceria da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a sociedade civil;

c) que o Programa Cultura Viva criado em 2004, ao longo da sua implementação, conta com uma ampla rede de parceiros e que o momento atual é de consolidar e ampliar esta iniciativa com a inclusão de novos participantes identificados com os seus objetivos;

d) que a necessidade de harmonizar os objetivos e os procedimentos de gestão compartilhada entre o Ministério da Cultura e as entidades instituições/organizações públicas e privadas, atuantes no campo

da cultura, visa potencializar e aperfeiçoar as ações de fomento, a articulação dos atores e a consolidação e crescimento sustentável do Programa Cultura Viva;

e) que ao longo de uma década, apesar das alternâncias na sua gestão, o Programa cresceu e se consolidou e no presente momento almeja, meritoriamente, assumir o status de Política Nacional de Cultura, o que poderá ser sobremaneira facilitado se à iniciativa aderirem a totalidade das suas partes interessadas, potencializando o momento político atual visando contribuir para os esforços de aperfeiçoamento e aprovação do Projeto de Lei Cultura Viva (PL da Câmara Nº90 de 2013), que oficializa o Programa Cultura Viva como uma política de âmbito nacional, e nesta oportunidade:

decidem;

a) assumir papel proativo no encaminhamento da proposta de reconhecimento do Programa Cultura Viva como uma **Política de Base Comunitária do Sistema Nacional de Cultura**, o que o consolida como uma iniciativa de todo o Ministério da Cultura, de cada uma das suas unidades vinculadas, das secretarias e órgãos estaduais e municipais de cultura e das instituições e órgãos parceiros, tendo como estratégias objetivas a interação, a troca de informações e a gestão compartilhada de conhecimento e de realizações:

I. **Participar de uma ampla pactuação no Sistema Federal de Cultura**, envolvendo ações das diversas unidades do MinC e suas iniciativas com a sociedade civil, como Pontos de Leitura, Pontos de Memória, Cine Clubes, Casas do Patrimônio, Agentes de Cultura, Mestres e Mestras da Cultura, Salvaguarda de Bens Registrados, ação de microprojetos e outras que contribuem para o exercício dos direitos culturais e para a valorização da diversidade das expressões culturais, bem como a construção da política de fomento para a cidadania e a diversidade, alinhando a relação com a sociedade civil, com destaque para as ações formativas do CEU das Artes e a maior socialização dos equipamentos públicos.

II. **Participar de uma ampla pactuação no Sistema Nacional de Cultura,** por meio da articulação das Redes da Cidadania e da Diversidade, com prioridade para capitais e regiões metropolitanas, envolvendo os segmentos estratégicos para a cidadania e a diversidade cultural, visando a manutenção e expansão do Programa Cultura Viva, tendo por base; a) critérios de responsabilidades, alinhamento de iniciativas realizadas por meio de instrumento específico de adesão ao Programa; b) adoção das ações estruturantes e renovação dos convênios, com planos de expansão e instrumentos normativos mais adequados e simplificados; c) e no funcionamento pleno das respectivas instâncias de participação social.

III. **Participar de uma ampla pactuação no âmbito da rede de parceiros do Programa Cultura Viva**, possibilitando o fomento nas áreas de formação, intercâmbio, informações tecnológicas, circuitos, difusão, pesquisa, com a retomada da rede de gestores e pesquisadores, envolvendo Fiocruz, IPEA, MEC, FUNAI/MJ, MS, SEPPIR, SPM, Incra/MDA, SNJ/PR, CNPq, Censipam, MCOm, MCTI, SDH e UnB, UFRJ, UFGD, UFPB, UNIFESP, UFPR, UFES, UFRR, UFRN e outras universidades, bem como os entes estaduais e municipais.

b) consolidar o evento TEIA como o elemento estratégico, por excelência, do Programa Cultura Viva, no seu papel como Política de Base Comunitária do Sistema Nacional de Cultura, tendo em vista ser e continuar a ser o principal espaço de auscuta, reflexão e inflexão, redirecionamento e organização do Programa, com relação ao binômio Cidadania e Diversidade Cultural.

c) adotar, como prática sistemática, a condução de iniciativas com o potencial de fortalecer e ampliar o diálogo com as partes interessadas do Programa Cultura Viva, como uma malha de convergência de lideranças, grupos e coletivos, que atuam em prol da cidadania e da diversidade cultural, dentre as quais se destacam: o Fórum dos Secretários de Cultura das Capitais e Regiões Metropolitanas, os Gestores Estaduais e Municipais do Programa Cultura Viva e os Comitês Gestores Estaduais e Municipais, entre outros.

Consolidar a **participação social como método de governo pela via da** gestão compartilhada do Programa Cultura Viva, das instâncias de governança e participação, com ações transparentes de controle social, comunicação, mobilização, promoção e integração de uma política de fomento, são objetivos com as quais estes signatários se comprometem.

NATAL 25 DE MAIO DE 2014

I Fórum Nacional de Gestoras e Gestores do Programa Cultura Viva	
Relator/a: Nathalia Cristhine, Adriano Souza, Fernando Batista, Letícia Gabrielle, Denilson David	
Relatoria 19T	**Abertura do Fórum de gestores e gestoras, juntamente com a abertura do Fórum Nacional dos pontos de cultura.** **Desafios para institucionalização do programa cultura viva.** **14:34 – Abertura** • ***Apresentação artística DONA EUZINHA BEIJA FLOR DA SILVA em causos e canções - criado pela atriz Agda Ferreira.*** **15:25 – Mesa – Mediador Joao Pontes (JP),Márcia Rollemberg(MR)** **Apresentação dos principais desafios que o Projeto Cultura Viva tem pela frente:** • **Integração entre os pontos e gestores compartilhando as suas visões e vivencias pessoais de cada estado;** • **Institucionalizar o processo, construção de uma linha do tempo do programa cultura viva, colher todo o material produzido durante essa política cultural;** • **Abranger outros seguimentos culturais que não foram contemplados pelo programa Pontos de Cultura;** • **Realizar um levantamento estruturas técnicas que aprovam e qualificam os projetos, como inserir entidades que não usam CNPJ;** • **Envolver o município no desenvolvimento nas clausulas do convênio com o MinC se tornando uma alternativa para a realização do projeto;** • **Propor um debate sobre o PL Cultura Viva, PL dos mestres e a PL Marco Regulatório;** • **. Cadastro nacional dos pontos de cultura atualizando e informatizando as informações dos projetos;** • **Equilíbrio na distribuição dos projetos em áreas territoriais;** • **Validação da carta Natal, carta dos Prefeitos (institucional) e a criação da carta dos direitos culturais;** **16:30 – Falas: Legislativos, Céus, colegiados, Universidades, Gestores(as), Entidades sociais.** **18:45 - *Apresentação artística Pastoril de Dona Joaquina Rio Grande do Norte – Paraná. Músical.***
Relatoria 20M	• **Abertura e acolhimento** • **Apresentação dos gestores** • **Leitura do regimento**

	• Correções, destaques e sugestões para o regimento • Adaptação da programação para compor a carta final • Aprovação do regimento com as respectivas ressalvas **MESA: O sistema Nacional da Cultura e a Política de base comunitária: atribuição dos Entes federativos.** **Pedro Domingos Representante do Minc e Marcos Cordiolli- fórum Nacional dos secretários e Dirigentes de cultura das capitais e Regiões Metropolitanas.** **Abordagens:** • Buscar uma reflexão com os gestores na coerência dos desafios para o programa; **O acumulo da gestão cultural no país, começa quando se amplia as ações e projetos.** • A construção de seguimento politico na cultura • Politicas de fomento e prestação de contas • Definir uma lei geral da cultura no País • Pensarmos a cultura com diversidade e polifonia • Os conflitos do PCV, a outros níveis de pensamentos e ações, antes, era apenas um instrumento de repasse, quando os entes federados precisam se incorporar ao PCV, pois a missão do PCV faz o gestor repensar sobre a melhor forma de atuar culturalmente e social. • O Governo Público precisa ser o indutor desse processo do Programa Cultura Viva junto com os gestores; • A um grande hiato entre os programas e os próprios artistas. O PCV deve estar relacionado ao SNC, gestores, estado e município, como o os elementos do SNC podem se incorporar ao PCV, dando prioridade ao plano futuro e as ações culturais e sociais e não ao plano de trabalho; • O grande desafio é conciliar o PCV com outras formas de gestão; • Modelo da saúde tem a sua clara formação e base de atuação com os entes federativos e na cultura não possuem a mesma formação; fomento e prestação de contas, campanha bastante clara na criação de uma lei geral da cultura no âmbito administrativo e jurídico; • Pensar na cultura como diversidade cultural, dando voz a representantes culturais sem impacto ou reconhecimento; • Construir uma politica de estado que inclua um pacto federativo, e politicas efetivas dos recursos públicos; • A organização documental, é um problema comum para as entidades no ponto de vista organizacional; • A politica de fomento não pode ser a principal ação de um projeto cultural, existem pessoas que transformam em um negocio privado ao fomentarem as ações culturais, pois podem criar uma massa de pessoas remuneradas e sustentadas pelo governo; • Relação de equipamentos e espaços públicos no PCV,

	não fornece espaços adequados e existem restrições no seu uso de acordo com as leis municipais; • O Governo Público precisa ser o indutor desse processo do Programa Cultura Viva junto com os gestores; • O ponto de cultura não deve ser financiado somente com o recurso federal e sim ter a plena participação do município e a descentralização das ações culturais. 12hs Mostra artística: Orquestrim conexão Felipe Camarão (RN)
Relatoria 20T	Silma Magalhães – PACRA/INCRA (CE) Política nacional a partir da política de base nos assentamentos; Consolidação do processo a partir de prêmios com convênios com o Ministério da Cultura; O Brasil enfrenta graves problemas na questão do campo; A experiência dos assentamentos tem valorizado as comunidades e o trabalho desenvolvido pelos assentados; Planejamento, desenvolvimento; Ações de investimentos: Escola de Teatro da Terra, RACA - Rede Audiovisual do Campo; Direito ao espelho: Programa Cultura Viva; Vídeo do trabalho desenvolvido a partir do teatro político pelos Pontos de Cultura vinculados ao INCRA Ceará; 15 pontos de Cultura somente nos assentamentos; Mesa à tarde: Adroaldo Bauer – Jornalista, escritor, primeiro coordenador da Coordenação de Descentralização da Cultura de Porto Alegre – RS A experiência como objeto de estudo na coordenação de descentralização; Os recursos próprios e um programa específico da cultura são necessários para o desenvolvimento de uma sociedade; O nosso imaginário ainda é composto pelo estrangeiro; Recursos empregados profissionalmente, proposta da descentralização da Cultura; Experiência com o sujeito local organizado a partir de uma estratégia de uma ação permanente; A estratégia é a exigência social; Reconhecer o novo sujeito depender dos olhares o dos saberes que podem ser trocados; A troca é necessária para ter o sujeito como aliado; Quando reconhece a diversidade, reconhece a necessidade do diferente; O novo lugar do sujeito é o lugar onde ele não conhece ou que ainda nunca antes ocupado por ele; O cérebro exige renovação, superação, informação nova e deve ser partida, informada, compartilhada; Não se deve abrir mão do lugar em detrimento do dinheiro/recurso; A estratégia tem uma longa vida ou uma permanência; O estado não faz cultura, ele é o organizador dos recursos e dos espaços;

	Leandro Anton – Coordenador do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo **Organizações formais e informais compartilhadas nos processos de construção da gestão compartilhada** **O Programa Cultura Viva é uma referência, não é um modelo;** **Como usar o espaço a partir de uma apropriação de um Conselho Comunitário;** **Intervir, criar, transformar o espaço (Centro Cultural ou Ponto de Cultura);** **Princípio de resistência ao território de vulnerabilidade social;** **Transformar o estranhamento na potência daquilo que venha a ser;** **A política pública cultural deve ser estabelecida a partir do diálogo e controle social;** **A cultura é um espaço de trabalho e deve ser prioridade;** **O Conselho precisa ser um controle também do público que acessa a política cultural;** **A escola e o posto de saúde são extremamente importantes para o diálogo com a política cultural, porque eles também são territoriais** **Edimilson Souza – Secretário de Cultura de Guarulhos (SP)** **Orçamentos participativos populares;** **Problemas de financiamento é preciso ainda debater ainda a democratização;** **Recursos descentralizados para cada unidade da rede;** **O recurso é gerenciado pela unidade da rede;** **Debates e questionamentos:** **O povo faz arte e cultura independente do estado ha muito tempo;** **Existe uma grande disputa da renda da cultura;** **Os recursos existem e voltam, os gestores perdem os prazos e consequentemente perdem os recursos;** **O movimento artístico não está bem incorporado no município de Natal/RN;** **As secretarias não estão em articulação;** **Os sistemas do governo estadual e municipal não estão articulados;** **Em muitos casos os grupos não prestaram conta se quer da primeira fase;** **O edital é o livre acesso a democratização do recurso;** **A exigência social é uma estratégia;** **É preciso que haja pagamento sim de artista (Não me peça pra dar a única coisa que eu tenho para vender);** **É preciso descontruir a ideia de que o agrupamento cultural só recebe recurso se for registrado em cartório e possuir contador;** **A lei de licitação não pode medir o trabalho de um mestre de cultura popular da mesma forma que mede o asfalto empreitado por uma indústria.**
Relatoria 21M	
Relatoria 21T	
Definir as ações	

prioritárias para o segmento. (Propor ação, fomento, periodicidade, elencar três ações prioritárias)	
Propor estratégia de articulação com o Sistema Nacional de Cultura (entre o Sistema Minc e entre os entes federados, elencar três propostas)	

Carta Final do
I Fórum Nacional de Gestoras e Gestores do Programa Cultura Viva

Teia Nacional da Diversidade
Natal, 19 e 20 de maio de 2014

Nos dias 19 e 20 de maio de 2014, 81 representantes de governos municipais, estaduais, distrital, federal, universidades, parlamentos, conselhos, consórcios e Pontos de Cultura reuniram-se e participaram do I Fórum Nacional de Gestoras e Gestores do Programa Cultura Viva, durante a Teia Nacional da Diversidade. Ressalta-se que esta foi a primeira vez em que uma Teia contou com um espaço de debates voltado a gestores e gestoras.

A Comissão Nacional de Gestoras e Gestores do Programa Cultura Viva, em parceria com a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultura do Ministério da Cultura, resolveu ampliar o Fórum convidando e oportunizando as Prefeituras Municipais, através dos seus gestores de Redes. Em razão disso realizou-se a eleição, durante o Fórum, da Comissão Nacional de Gestoras e Gestores Municipais do Cultura Viva, composta por representantes das cinco regiões brasileiras e seguindo o modelo de composição da Comissão Nacional de Gestoras e Gestores Estaduais do Programa Cultura Viva.

O I Fórum Nacional de Gestoras e Gestores do Programa Cultura Viva é uma instância legítima e deliberativa das Gestoras e Gestores de Redes de Pontos de Cultura e Pontões de Cultura (do Programa Cultura Viva), Estaduais, Distritais e Municipais, onde se observa o papel dos estados, distrito e municípios na sustentabilidade e fortalecimento do pacto federativo do Programa Cultura Viva nas suas formas de gestão, articulação, interlocução, formação e organização das Redes de Pontos e Pontões de Cultura e demais formas, em nível municipal, distrital, estadual, regional, e nacional, em interface com o Ministério da Cultura e ainda com as Instituições reconhecidas e credenciadas como Pontos ou Pontões de Cultura.

E sua primeira edição o Fórum focou, em seu objetivo geral,sua consolidação como instância permanente de atuação político-cultural, assim como avançar na institucionalização do Programa Cultura Viva, construindo dispositivos que contribuam para consolidá-lo como política de Estado – política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura – garantindo a adequação dos marcos legais e regulatórios à realidade da diversidade cultural brasileira ampliando e regionalizando os recursos, promovendo a participação e o controle social a partir da realidade comunitária, bem como a democratização das gestões públicas. Além disto, o I FNGGCV buscou avançar na formulação de indicadores que qualifiquem o planejamento e a avaliação constante de sua execução; identificar demandas e elaborar propostas de desenvolvimento e aperfeiçoamento da gestão e das Políticas Públicas; dialogar sobre os desafios institucionais da gestão compartilhada de Políticas Públicas de Cultura, entre o Estado e a Sociedade Civil; articular, organizar e apresentar propostas de fortalecimento das Redes Estaduais e municipais, seus Fóruns e Teias; desenvolver mecanismos que busquem garantir resposta às demandas do

Programa Cultura Viva junto aos Pontos e Pontões de Cultura; debater sobre a minuta proposta de criação do Comitê Nacional, estudo da chancela e situação do Cadastro Nacional de Pontos; apresentar o termo de adesão da Rede de Parceiros; consolidar e fortalecer a rede de Gestores; constituir e eleger as novas redes e comissões representativas de gestores municipais.

Durante o seu pronunciamento no I FNGGCV, a Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do MinC, Márcia Rollemberg, entregou documentos, resoluções e portarias para ser distribuídos às Secretarias de Cultura do Distrito Federal, Estaduais e Municipais de todo o Brasil: Termo de Adesão a Rede de Parceiros PCV; novo Modelo de Convênio; Documento Base do PCV; Modelo de Gerenciamento da Chancela de Pontos e Pontões; proposta de Política Cultural de Base Comunitária; Portaria sobre a criação e operacionalização do Comitê Gestor do Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura VIVA e Portaria nº 118, de 30 de dezembro de 2013, que reformula o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura VIVA.

Ao fim da programação os participantes do Fórum reuniram-se em três grupos distintos: Grupo de Gestoras e Gestores Estaduais; Grupo de Gestoras e Gestores Municipais e Instituições parceiras onde deliberaram sobre a apresentação de um conjunto de resoluções pertinentes aos presentes na Teia Nacional da Diversidade, e à sociedade brasileira, como um todo.

RESOLUÇÕES:

- Regulamentar a lei do Sistema Nacional de Cultura SNC, incluindo o Programa Cultura Viva como eixo integrativo do sistemas de cultura; definindo as atribuições dos entes federados em relação ao programa, vinculando o repasse de recursos do FNC ao investimento, por parte dos entes federados, na politica de base comunitária;

- Instituir o Comitê Gestor nacional da politica de base comunitária do SNC, como instância vinculada ao Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, composto pelos entes federados, sociedade civil e três poderes, com a atribuição de definir diretrizes, indicadores, diagnósticos e deliberar sobre os recursos do Fundo Nacional de Cultura - FNC a serem investidos na politica de base comunitária garantindo que os comitês gestores tenham representação reconhecida em diferentes conselhos;

- Instituir, obrigatoriamente, um Comitê Gestor Comunitário para acompanhar todo e qualquer projeto cultural, independentemente de sua esfera, incluindo a previsão de recursos para sua capacitação;

- Garantir que o comitê gestor nacional do Programa Cultura Viva - PCV estabeleça critérios e parâmetros para a concessão de chancelas de reconhecimento aos pontos de cultura, compreendendo-os como integrantes de uma política pública;

- Propor a criação de marcos legais e normativos que compreendam o fazer cultural das organizações da sociedade civil como complexo e dinâmico. Portanto, que seja levado em consideração para fins de avaliação, fiscalização, acompanhamento e prestação de contas o cumprimento do objeto e das metas físicas contratadas, e não a execução financeira (a exemplo do que é feito pelo Governo do Estado de SP);

- Propor ao Governo Federal uma legislação complementar à lei 8.666 e que possa atender, com mais eficiência, a aplicação de recursos públicos para o setor cultural;

- Criar um movimento pela conquista e construção de um marco legal e sistema regulatório da cultura visando constituir, enquanto política de Estado e que garanta recursos básicos em todas as esferas de governo e para todas as áreas culturais, formas flexíveis que atendam a diversidade das ações e agentes culturais;

- Implementar uma plataforma digital colaborativa, integrada ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, que contribua com a divulgação das ações da Política de Base Comunitária - PBC e seu georreferenciamento, bem como com a formação, a produção e acesso a indicadores e demais informações de avaliação e planejamento para a gestão publica e sociedade civil.

Assinam esta carta do I Fórum Nacional de Gestoras e Gestores do Programa Cultura Viva e que foi construída durante a Teia da Diversidade, os seguintes estados, distritos, municípios e instituições parceiras:

ESTADOS

ACRE ° ALAGOAS ° AMAZONAS ° BAHIA ° CEARÁ ° DISTRITO FEDERAL ° ESPIRITO SANTO ° GOIÁS ° MARANHÃO ° MATO GROSSO ° MATO GROSSO DO SUL ° MINAS GERAIS ° PARAÍBA ° PERNAMBUCO ° RIO DE JANEIRO ° RIO GRANDE DO NORTE ° RIO GRANDE DO SUL ° RONDÔNIA ° RORAIMA ° SANTA CATARINA ° SÂO PAULO ° SERGIPE

MUNICÍPIOS

ACARI (RN) ° ANÁPOLIS (GO) ° ANGRA DOS REIS (RJ) ° ARAPIRACA (AL) ° CAMAÇARI (BA) ° CAMPINAS (SP) ° CAMPO GRANDE (MS) ° CANOAS (RS) ° CATALÃO (GO) ° CRATEÚS (CE) ° CURITIBA (PR) ° DIADEMA (SP) ° GOVERNADOR VALADARES (MG) ° GUARULHOS (SP) ° HORTOLÂNDIA (SP) ° JALES (SP) ° JOINVILLE (SC) ° MOGI DAS CRUZES (SP) ° MONTE ALTO/ REDE INTERMUNICIPAL (SP) ° PALMAS (TO) ° PENDÊNCIAS (RN) ° PORTO ALEGRE (RS) ° RECIFE (PE) ° RIO DE JANEIRO (RJ) ° SÂO CARLOS (SP) ° SALVADOR (BA) ° SÃO PAULO (SP) ° SORRISO (MT) ° TERESINA (PI) ° TIBAU DO SUL (RN) ° UBERABA (MG).

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

GESTORES DE CENTRO DE ESPORTES E ARTES UNIFICADOS - CEU DAS ARTES ° INCRA (PROJETO ARTE E CULTURA NA REFORMA AGRÁRIA) ° INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN ° MINISTÉRIO DA CULTURA ° UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG ° COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL ° UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN º COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL

TEIA NACIONAL DA DIVERSIDADE 2014

19 a 25 de maio, em Natal/RN

Relatório da Programação Específica para os Povos Ciganos

Órgãos federais parceiros:

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

MINISTÉRIO DA SAÚDE

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

Brasília, 20 de junho de 2014

> *"[...] sendo um 'calonzinho' de barraca e tendo que aprender a cantar em espanhol. Então, eu vou mostrar para vocês que* ***teria menos sofrimento se a gente tivesse oportunidade***." (Maura Piemonte – Cigana Calón)[1]

I. Contextualização

A Teia é o encontro das redes de Pontos de Cultura do Programa Cultura Viva (PCV) e de outras redes articuladas por lideranças, grupos, coletivos e segmentos populacionais que formam a diversidade cultural brasileira, com atenção específica àqueles historicamente excluídos do acesso às políticas públicas, mais afetados portanto na possibilidade de exercício de seus direitos culturais.

A TEIA Nacional da Diversidade Cultural 2014 incorporou ao seu público estruturante – redes de Pontos e Pontões de Cultura – os grupos e segmentos tais como Culturas Populares, Culturas Indígenas, Culturas Ciganas, LGBT, Crianças, Idosos, Juventude, Hip-Hop, Pessoas com Deficiência, Pessoas em Sofrimento Psíquico, Trabalhadores Urbanos, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Quilombolas, Comunidades de Imigrantes e descendentes de Imigrantes, Mulheres, Trabalhadores Rurais.

Em harmonia com as estratégias e diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura, a Teia é um espaço de encontro, reconhecimento, convivência, reflexão, formação e divulgação de temas prioritários de grupos, coletivos, comunidades, Pontos de Cultura e iniciativas que integram o PCV e que configuram uma política de base comunitária em construção no Sistema Nacional de Cultura.

[1] Fala proferida antes de determinada apresentação durante as comemorações do Dia Nacional do Cigano na Teia Nacional da Diversidade 2014, em que a música tema foi gravada por seu filho, à época ainda criança.

A proposta é que a Rede Cultura Viva promova a convergência também de movimentos sociais e redes diversas que pautam a cidadania cultural, o que inclui pontos de memória, pontos de leitura, cineclubes, iniciativas premiadas pelo MinC, dentre outras, tendo como base os três princípios iniciais do PCV, quais sejam, Autonomia, Protagonismo e Empoderamento, acrescentando-se nesse momento de ampliação dos beneficiários e parceiros o princípio da Interculturalidade.

II. Breve Histórico

Foram realizados dois Editais Públicos "Prêmio Culturas Ciganas – edições 2007 e 2010" com o objetivo de reconhecer iniciativas socioculturais exemplares voltadas para as expressões tradicionais e identitárias dos povos ciganos no Brasil; reconhecer e valorizar atividades e trabalhos individuais ou coletivos que fortalecem as expressões culturais ciganas; atividades de retomada de práticas ameaçadas ou em processo de esquecimento; atividades de difusão da cultura cigana; contribuições para fortalecimento da identidade cultural cigana. Na primeira edição, em 2007, foram destinados pelo MinC 200 mil reais em prêmios, sendo contemplados vinte projetos. Na segunda edição, em 2010, foram destinados 300 mil reais em prêmios e contemplados trinta projetos, com recursos do Ministério da Cultura, Ministério da Saúde e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR –.

Nas duas edições foram contempladas 50 iniciativas eminentemente ciganas nas áreas de: música, artes cênicas (teatro e circo), dança, registros literários e audiovisuais, oralidades, vestuário, ofícios tradicionais (joalheria, tacharia, culinária, ervateria, cartomancia e quiromancia), religiosidade (atividades e eventos festivos e ritualísticos), artesanato, práticas culturais em saúde, educação, estudos e pesquisas.

Cada premiado recebeu dez mil reais como incentivo à continuidade das suas ações, somando-se então 500 mil reais em prêmios.

Em 25 de maio de 2012 aconteceu a Plenária Governamental: Políticas Públicas e Povos de Cultura Cigana, na cidade do Rio de Janeiro. O evento realizado pela SEPPIR, em parceria com o Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Direitos Humanos, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Secretaria de Políticas para Mulheres, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Geral – PR, Ministério da Educação e Ministério da Saúde, teve o objetivo de elaborar políticas voltadas aos Povos de Cultura Cigana que congregassem as ações voltadas para infra-estrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local, cidadania e direitos humanos. Além dos representantes públicos, estiveram presentes lideranças dos povos ciganos, dos diversos clãs e de diferentes Estados da Federação, somando informações no que tange ao modo de vida e necessidades próprias, de modo a enriquecer a definição das prioridades.

Dando continuidade às ações governamentais voltadas para os Povos Ciganos, ocorreu de 20 a 24 de maio de 2013, em Brasília, O Brasil Cigano – I Encontro Nacional dos Povos Ciganos, que reuniu cerca de 300 pessoas de comunidades ciganas das diferentes regiões do país, oriundas de 19 estados e do Distrito Federal. O evento proporcionou aos participantes um espaço político de discussão entre entidades e comunidades ciganas, e entre estas e instituições do poder público federal e do Distrito Federal.

O Brasil Cigano criou um marco para a história do movimento cigano no Brasil, e gerou a possibilidade de construção de uma pauta mais unificada para este movimento.

III. Programação na Teia 2014

Na programação oficial da Teia Nacional da Diversidade 2014 estavam previstas duas atividades envolvendo os Povos Ciganos, a saber:

- **Roda de Conversa** para discutir políticas públicas voltadas para este segmento, realizada em 23/05/2014, das 14h às 18h;
- **Solenidade de Comemoração do Dia Nacional dos Povos Ciganos** no dia 24/05, das 9h às 18h. As atividades ocorreram na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

IV - Relatoria da Roda de Conversa dos Povos Ciganos no dia 23 de maio, na Tenda Territórios Tradicionais da UFRN

A roda de conversa foi conduzida pela Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais/SEPPIR, Silvany Euclenio da Silva, e contou com a participação de cerca de 57pessoas, com a presença de famílias ciganas e de ciganos atualmente instituídos como representantes do segmento em instâncias de participação social. A atividade precisou ser realizada na parte externa do edifício, pois não havia espaço para todos na sala.

A roda de conversa tratou de políticas culturais, direitos humanos e igualdade racial para povos ciganos, reunindo ciganos de várias regiões do país, além de representantes do governo (SEPPIR, SDH e MS). Alguns participantes mencionaram que gostariam de dialogar também com o Ministério da Educação e Ministério das Cidades.

Foi discutida a questão do preconceito racial muito forte ainda sofrido pelos povos ciganos e sua invisibilidade, inclusive para as políticas públicas. Já aconteceram alguns avanços, como a inclusão, pela Secretaria de Direitos Humanos, da população cigana como requisito para o repasse de alguns recursos. Silvany reforçou a questão do pacto federativo e que o governo federal não pode impor ações a estados e municípios, mas pode condicionar o repasse de alguns recursos, o que foi novidade para as(os) participantes da atividade, que acreditavam que era papel dos Ministérios obrigar os municípios a reverem suas políticas.

Quanto à saúde, houve manifestação da Ouvidoria Itinerante do Ministério da Saúde no evento e sobre o direito à saúde e as formas de participação social e de reivindicação de direitos, com destaque para a Ouvidoria. Reforçamos que as demandas referentes à saúde podem ser feitas pelo Disque Saúde 136 e pelas ouvidorias estaduais e municipais. Além disso, mencionamos que, durante a Teia Nacional da Diversidade, também estávamos fazendo o registro de demandas.

No início, com a fala das lideranças ciganas, foram apresentadas suas principais necessidades e demandas, as quais foram consolidadas, juntamente com as demandas formuladas na mesa ocorrida na Solenidade de Comemoração do Dia Nacional dos Povos Ciganos, no item VII deste relatório com a denominação: “Principais demandas apresentadas pelos povos ciganos na Teia”.

Foram feitas falas sobre a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e às instâncias deliberativas do SUS, em especial nas Conferências de Saúde.

Ao final da Roda, foram registradas demandas individuais de cinco ciganas(os), sendo quatro reclamações e três solicitações.

O Sr. Antônio, liderança cigana do RN, leu uma Carta (Anexo I), que redigiu para a ocasião. A Carta foi entregue à Secretária Silvany Euclênio (SEPPIR/PR) e foi reproduzida para os presentes que se interessaram em ter cópia. Em seguida, os representantes governamentais locais e nacionais presentes apresentaram as ações em curso e ações previstas voltadas para as comunidades ciganas descritas no item 6 deste relatório com a denominação: "Encaminhamentos e compromissos governamentais".

Mais tarde, foi realizada apresentação artística de um grupo cigano.

Participante: Luciani Ricardi

V. Relatoria da Solenidade de Comemoração do Dia Nacional dos Povos Ciganos

A Solenidade de Comemoração do Dia Nacional dos Povos Ciganos ocorreu no dia do encerramento da Teia da Diversidade em Natal, 24 de maio.

No Brasil, o **Dia Nacional dos Povos Tradicionais de Etnia Romani (Ciganos)** é comemorado no dia 24 de maio. A data foi instituída há sete anos, por meio de decreto do Presidente Lula, que reconheceu a importância das contribuições da etnia cigana na formação histórica e social do País.

O dia 24 de maio é dedicado a Santa Sara Kali, padroeira dos Romani. **Povos Ciganos –** Estima-se que há mais de meio milhão de ciganos no Brasil. De acordo com dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), do Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011 foram identificados 291 acampamentos desses povos, localizados em 21 Unidades da Federação. Os estados com maior concentração são: Minas Gerais (58), Bahia (53) e Goiás (38). Os municípios com 20 a 50 mil habitantes apresentam mais alta concentração de acampamentos.

Desse universo, de 291 municípios que declararam ter acampamentos ciganos em seu território, 40 prefeituras afirmaram que desenvolvem políticas públicas para o segmento, o que corresponde a 13,7% dos alojamentos (http://culturadigital.br/teiadadiversidade/no-dia-nacional-do-cigano-teia-da-diversidade-tem-solenidade-comemorativa/).

A data foi instituída em 2006 por meio de Decreto Presidencial que incluiu o dia no Calendário Nacional, em reconhecimento à contribuição da etnia na formação da história e da identidade cultural brasileira. A Solenidade de Comemoração do Dia Nacional dos Povos Ciganos ocorreu na Tenda Territórios Tradicionais, na UFRN.

Cigana Bárbara Piemonte. Dança cigana durante as comemorações do Dia Nacional do Cigano. Tenda Territórios Tradicionais – UFRN. Em 24 de maio de 2014.

A Solenidade teve início às 9h do dia 24/05, com a presença da Sra. Diana Rorani (Coordenadoria da Igualdade Racial do Governo do Rio Grande do Norte), Sra. Bárbara Angely Piemonte (Representante titular dos Povos Ciganos no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial da SEPPIR/PR), Sra. Maura Piemonte (Representante dos Povos Ciganos no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT), Sr. Júlio César Feitosa (Chefe do Núcleo de Comunidade Cigana da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal – SEPPIR-DF), Sr. Wanderley (Líder de Comunidade Cigana em Brasília-DF), Sra. Luciani Ricardi (Ouvidoria/Ministério da Saúde – MS), Sr. Rômulo Targino (Cigano do Rio Grande do Norte), Sr. Antônio (Representante da União Cigana do RN (UCIRN), Sra. Lori Emanoela (Presidente da Associação de Mulheres Ciganas do Grande do Sul), Sr. Carlos Calón (Cigano Calón de São Paulo), Sra. Silvany Euclenio Silva (Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais - SECOMT - SEPPIR/PR), Sra. Márcia Rollemberg (Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura – SCDC/MinC), Marga Janete Stroher (Coordenadora-Geral de Diversidade Religiosa - SDH/PR), Álvaro Pinheiro (Coordenador-Geral - SEGEP/Ministério da Saúde), Ilma Fátima de Jesus (Coordenadora Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais (SECADI/MEC), entre outras lideranças ciganas, bem como representantes de matriz africana, mestres da cultura popular e outras pessoas interessadas, o que caracterizou um público de aproximadamente 120 pessoas, que circularam no espaço da solenidade.

Na solenidade, organizada no formato de Roda de Conversa, falou-se sobre as parcerias entre o governo e os movimentos sociais, mencionando-se que haverá oficinas para explicação do edital do MinC para os povos ciganos poderem participar. Além disso, foi divulgada a recente publicação do Decreto nº 8.244/2014, que Altera o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. O novo Decreto estabelece procedimentos de prestação de contas mais adequadas à realidade das organizações da sociedade civil , beneficiando assim segmentos como os povos ciganos.

Segundo as (os) participantes, o preconceito na vida em sociedade prejudica seus acessos básicos de direitos. Dados do Disque 100, serviço de utilidade pública da SDH/PR, revelam que as principais violações sofridas pela comunidade cigana são a violência psicológica, seguida da violência institucional.

Foram feitos relatos de racismo institucional sofrido inclusive nos serviços de saúde, que dificultam o atendimento pelo fato de a população ser cigana. Quanto a isso, já há algumas ações com vistas a um atendimento mais adequado a essa população, como os centros de referência em saúde para a população cigana em criação (Ex: Hospital Universitário de Brasília).

24 de maio Momento de Festividades para os Povos Romani(Ciganos). Muito oportuno Para apresentação do cartaz de Saúde do Povo Cigano na versão digital, material confeccionado pelo DAGEP/MS. Departamento de Gestão Participativa do Ministério da Saúde. Coordenação de Educação Popular e Mobilização Social responsável pelas ações para as Comunidades Tradicionais do Ministério da Saúde garante o envio do cartaz impresso no 2º semestre a todas as UBS-Unidades Básicas de Saúde do SUS. Momento oportuno para falar do guia com abordagens aos aspectos étnicos e culturais na Saúde produzidos para gestores e profissionais de saúde para melhorar a qualidade do acesso dos Povos Tradicionais de Etnia Romani (Ciganos) nos serviços de saúde. Um cigano mencionou que a única promessa feita no Brasil Cigano que se concretizou foi essa.

A Ouvidoria Itinerante falou sobre direito à saúde, diversidade no SUS, participação social e Ouvidoria do SUS. Foi ressaltado que estava acontecendo o registro de demandas pela Ouvidoria Itinerante no evento e que o Disque Saúde 136 é um canal de articulação entre as(os) usuárias(os) do SUS e a gestão. Márcia Rollemberg, Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural, mencionou novamente que levará a proposta de Ouvidoria Itinerante para o Ministério da Cultura.

Com apresentações de dança e música, a solenidade se caracterizou também como um momento de escuta e debate sobre as políticas públicas em curso e os principais problemas enfrentados pela comunidade cigana em diversas regiões do país.

Mesa para discussão de políticas públicas e problemas enfrentados diariamente pelas comunidades ciganas, ocorrida no dia 24 de maio de 2014.

No período da tarde do dia 24/05, ainda em comemoração ao Dia do Cigano, houve apresentação cultural de ciganos do RN, com danças, leitura de textos sobre a história dos ciganos e interação com o público presente. Oportunidade esta de conhecer um pouco mais da sua cultura, origens, poesia e arte.

Cigana Albaniza Caldarashitsa ao falar um pouco das origens do preconceito em relação aos ciganos. Dia Nacional do Cigano. Em 24 de maio de 2014.

No público presente houve relatos de quanto o povo cigano que ali se apresentava era acolhedor e receptivo, de quanto desejavam que as pessoas interagissem com eles, conhecendo melhor suas práticas e desconstruindo preconceitos e estereótipos negativos. Os ciganos enfatizaram que tentam ainda, nos dias atuais, desconstruir representações equivocadas sobre seu povo.

“A gente com todo povo na nossa apresentação na Teia Nacional da Diversidade Cultural. Isso que é diversidade!” [sic] (Chris Ruas – Cigana que se apresentou no período da tarde na Tenda Territórios Tradicionais)

Por fim, o grupo representativo do segmento na TEIA da Diversidade fez apresentações com músicas e danças típicas do seu povo, e lembrou os desafios enfrentados no Brasil.

A poesia cigana também esteve presente na Teia:

Cigano Calón, conhecido como 'Fernandão', emocionou-se após recitar poesia de importante autor cigano e cantar uma canção característica do seu povo. Dia de Comemoração do Cigano, Teia Nacional 2014, período da tarde.

VI. Participação Cigana

Participaram do evento cerca de 57 ciganos, oriundos de oito estados e de diversas etnias. Segue quadro com a distribuição geográfica dos participantes por Unidade da Federação (anexo III):

UF	BA	DF	GO	MS	PR	RN	RS	SP	Total
N°	2	1	1	3	1	42	2	5	**57**

VII. Representantes do Governo

Fizeram-se presentes, durante as atividades envolvendo os ciganos, os seguintes representantes do Governo:

- Silvany Euclenio Silva, Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais - SECOMT (SEPPIR/PR)
- Márcia Rollemberg (SCDC/MinC), Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SCDC/MinC)
- Daniel Castro (SCDC/MinC), Coordenador-Geral de Programas e Projetos Culturais (SCDC/MinC)
- Marga Janete Stroher, Coordenadora-Geral de Diversidade Religiosa, SDH/PR.
- Álvaro Pinheiro, Coordenador-Geral (SEGEP/Ministério da Saúde)
- Ilma Fátima de Jesus, Coordenadora-Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais (SECADI/MEC)
- Luciani Ricardi (Ouvidoria/Ministério da Saúde)
- Diana Rorani, Coordenadoria da Igualdade Racial do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (RN)
- Júlio César Feitosa, Chefe do Núcleo de Comunidade Cigana da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal (SEPIR-DF).

VIII. Relatoria do diálogo ocorrido no Dia Nacional dos Povos Ciganos, na Tenda Territórios Tradicionais da UFRN

- **Diana Rorani – Coordenadoria da Igualdade Racial do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (RN)**

  Agradecimento às comunidades que estiveram na véspera na Roda de Conversa para reivindicar seus direitos em face das dificuldades enfrentadas, pois estão vivendo em condições sub-humanas. Informou que Tangará é uma comunidade do Rio Grande do Norte, em que os ciganos usam tijolos como travesseiro, dormem em papelão e banheiro no "mato".

  Ressalta que existe grande dificuldade de diálogo entre as partes, e que deve ser melhorada a relação entre o Governo e o povo dos ranchos. Finalmente, com veemência, disse que os ciganos devem se unir para o dia 24 de maio: "Para que a nossa comunidade saia desse nicho/local de invisibilidade".

- **Barbara Angely Piemonte – Representante titular dos Povos Ciganos no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial da SEPPIR/PR (CNPIR)**

  "Faço parte do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial da SEPPIR/PR para representar minha família. A união traz grandes resultados, são coisas simples que queremos tratar, somos todos iguais, independente das etnias e raça. Através da música[2] nós mudamos a nossa realidade."

[2] Essa fala tem relação com a sua família, na qual existem vários músicos.

- **Maura Piemonte – Representante dos Povos Ciganos no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)**

  "Os ciganos são pedras brutas, a nossa lapidação precisa de educação. Sentimos falta do Ministério da Educação (MEC) aqui na reunião." Destacou a necessidade de maior união entre as famílias ciganas. Por fim, relatou, consternada, dificuldades de acesso aos serviços de saúde por parte de sua filha Bárbara, que ficou horas na fila do hospital, o que lhe rendeu uma sequela em um braço.

- **Júlio César Feitosa - Chefe do Núcleo de Comunidade Cigana da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal – SEPIR-DF**

  Parabenizou os ciganos pelo Dia Nacional do Cigano. Asseverou que, como representantes do Governo, é preciso mostrar para a sociedade civil que os ciganos foram excluídos. Informou que hoje eles têm muitos avanços e que promovem ações de integração dos ciganos. Referiu-se, em especial, ao Distrito Federal/DF, e passou a elencar alguns pontos pertinentes ao tema:
  - Entender as necessidades das comunidades;
  - Registrou que o índice de analfabetismo é enorme e preocupante, e que há necessidade de levar os ciganos para a escola;
  - Destacou também que os gestores não enxergam e ignoram a existência dos ciganos, e que ações de sensibilização são importantes;
  - Informou que foi instalada a 1ª tenda-escola, sendo que em torno de 48 pessoas já foram alfabetizadas, que alguns saíram da tenda para a escola regular, e que existem monitores para acompanhar esses alunos;
  - Estão em processo de concessão de terras aos ciganos. A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) fez concessão para doação às entidades;
  - Referiu-se ao Núcleo para atendimento à população cigana no Hospital Universitário de Brasília – HUB;
  - Apresentou também a necessidade de criação de redes de gestores para atuarem de forma integrada para beneficiarem o povo cigano e motivar outros gestores.

- **Wanderley – Líder de Comunidade Cigana em Brasília-DF**

  Expressou sua indignação com a falta de políticas públicas e reconhecimento para os ciganos. Recomendou que o Governo Federal, através de uma comunicação direta com os Estados, faça valer o mandamento Constitucional segundo o qual: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]". Portanto, os ciganos precisam ser reconhecidos. É dever das autoridades manter os ciganos inseridos na sociedade. Acentuou com vigor: "Igualdade sim, racismo não!". "Fica o apelo entre os ciganos pelo reconhecimento."

- **Luciani Ricardi – Ouvidoria/Ministério da Saúde (MS)**

  Falou sobre o atual serviço de Ouvidoria itinerante e da riqueza dessa experiência que pode ser estendida a outros órgãos de governo. "A saúde tem que ser para todos e atender às suas necessidades." Divulgou o número da Ouvidoria do MS: **136**. Reforçou que estão dispostos a ajudar e fortalecer a Rede de Cultura Cigana.

- **Rômulo Targino – Cigano do Rio Grande do Norte (RN)**

Começou sua fala buscando a reflexão dos participantes, dizendo que a maior consciência é de que todos somos seres humanos. Acrescentou que no dia em que a humanidade perceber essa igualdade o mundo será muito melhor. Ele disse se orgulhar do fato de ser cigano. Entretanto, ressaltou que sua família viveu se refugiando e a identidade foi se perdendo. Evidenciou ainda a triste situação do Rancho de Tangará, já citado anteriormente pela Sra. Diana Rorani.

Finalizou sua fala dizendo que se preocupa com os ciganos, porque estão se misturando. Segundo ele, o cigano precisa casar com outro para manter o sangue. Em um apelo aos outros ciganos, expressou: "nós precisamos provocar o Governo, precisamos inserir o cigano na sociedade e fazer com que ele também se sinta beneficiado e representado".

- **Antônio – Representante da União Cigana do RN (UCIRN) - Serra Caiada**

Fez sucinto agradecimento a todos os presentes.

Lori Emanoela – Presidente da Associação mulheres ciganas do Rio Grande do Sul

"Uma rosa só é bonita se todas as pétalas estiverem abraçadas." (Lori Emanoela – Cigana)

Fez reivindicação no sentido de que deveria haver participação efetiva do MEC para fazer apresentações. Cobrou a participação desse Ministério nas reuniões pedagógicas. Informou que é educadora social, atuando com a música cigana, e trabalha com direitos humanos e cidadania.

- **André – Ribeirão Preto**

"A questão cigana tem especificidades em cada estudo. Portanto, necessita-se incluir cada estado e o Governo deve ver o que cada um precisa."

- **Carlos Calón – Cigano Calón (SP)**

Iniciou sua fala dizendo da importância do estabelecimento de vínculo com o Estado. Sugeriu visita a cada Estado para ouvir sugestões. Disse que já faz esse trabalho, visitando secretarias e mostrando a sua cultura no estado do Paraná. Entretanto, tiveram de parar.

IX. Principais demandas apresentadas pelos povos ciganos na Teia

1. Disponibilizar documento que comprove a participação dos ciganos na Teia e em eventos semelhantes, para comprovação nos ambientes laborais, e possivelmente pró-labore, porque para estar nos eventos os ciganos deixam seus trabalhos e suas famílias;

2. Criação de algum tipo de documento de identificação dos ciganos e da sua liderança;

3. Identificar representações das diferentes etnias ciganas para o diálogo com o estado;

4. Viabilizar os territórios nos municípios para cessão real de uso; moradias, respeitando a cultura cigana; estrutura de saneamento básico nos acampamentos;

5. Realizar mapeamento georreferenciado, sociocultural e econômico da população cigana no Brasil, com vistas à elaboração de Políticas Públicas;

6. O Governo Federal deve visitar as comunidades e sentir de perto a situação;

7. A Comunidade de Macau não foi convidada para a TEIA;

8. Desenvolver ações para a preservação dos idiomas e da cultura dos povos ciganos;

9. Viabilizar cestas alimentares para os grupos ciganos em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica;

10. Realizar campanhas para combater os estereótipos e dar visibilidade aos povos ciganos no Brasil;

11. Produzir material informativo sobre os direitos e as políticas públicas em áudio;

12. Intensificar diálogo do Governo Federal com os estados e municípios sobre os direitos e as políticas públicas para a população cigana;

13. Divulgar para os ciganos a localização dos Centros de Referência dos Direitos Humanos nos Estados e Municípios.

X. Encaminhamentos e compromissos governamentais:

1. Envidar esforços para a realização do mapeamento georreferenciado, sócio-cultural da população cigana no Brasil (SEPPIR);

2. Produção de material informativo sobre os direitos e as políticas públicas para a população cigana (SEPPIR, MINC, SDH e MS);

3. Elaboração e envio de carta sobre a população cigana e seus direitos para os Estados e Municípios que reconhecidamente possuem população cigana, assinada pelas Ministras Luiza Bairros e Marta Suplicy (SEPPIR e MINC);

4. Anúncio do Prêmio Culturas Ciganas – 3ª Edição, com abertura das inscrições em 2014 (MINC e SEPPIR), com aporte total de R$ 857.000,00 (oitocentos e cinquenta e sete mil reais). Busca-se o fomento às manifestações culturais dos povos ciganos;

5. Lançamento do Cartaz sobre a população cigana e o SUS (MS);

6. Envio por via postal dos Certificados dos Prêmios de Cultura Cigana apresentados pela SCDC/MinC;

7. Compromisso assumido pela SCDC de construir um Caderno com material informativo sobre os direitos e as políticas públicas em áudio;

8. Articulação institucional para identificação da população cigana junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

9. Realização de Campanhas para combater os estereótipos e dar visibilidade aos povos ciganos no Brasil;

10. Articulação com governos estaduais e municipais que são parceiros na implementação da Rede Federativa do Programa Cultura Viva (pontos de cultura e outras ações);

11. Lançamento de vídeo com Orientação sobre Prestação de Contas em parceria com a Universidade Federal de Goiás – UFG (MinC).

XI. Considerações Finais

> *"[...] é uma cultura, então vamos aprender a dançar as músicas ciganas, a entender as cantorias ciganas, para que na hora quando a gente vier fazer uma festa dessa, vocês possam compartilhar um pouco mais [...]"* (Omar Ivanovichi – Cigano)

Um dos desafios e fundamentos da Teia é promover justamente a integração e interação entre os diversos povos que compõem o nosso país tão diverso, bem como fazer conhecer as políticas públicas, programas, projetos e ações desenvolvidos pelo Poder Público. É também um momento de proporcionar aos gestores o contato com os segmentos com os quais atuam e conhecerem melhor a sua cultura e as suas necessidades específicas. Nessa perspectiva, a participação cigana na Teia foi efetiva e o evento conseguiu alcançar o que se propôs a realizar.

Na Roda de Conversa e na Solenidade, pensadas para tratar de políticas públicas e dialogar com este segmento, os ciganos tiveram a oportunidade de expressar suas demandas, desafios cotidianos, discriminações enfrentadas, os benefícios advindos de políticas públicas, e tiveram a chance de conhecer melhor as ações governamentais. Ademais, puderam arguir diretamente os gestores e expressar-se quanto aos serviços e mecanismos de políticas públicas que não chegam até eles, ou chegam de forma insuficiente ou inadequada.

Em diversos momentos os ciganos expressaram que as ações públicas não alcançam suas comunidades e que estão excluídos de diversos programas de distribuição de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família. Os representantes de Governo presentes se comprometeram a buscar atuação junto aos governos locais para que possam efetuar o cadastro das pessoas e a inclusão nos referidos programas.

Os desafios são enormes e o Governo tem tomado contato com as demandas desse povo singular, sobretudo pelos frutos do encontro Brasil Cigano, realizado em 2013, em Brasília-DF. A Teia foi um momento de afirmação dessas necessidades e reconstrução de outras, de reflexão e aprendizados, que guarda sua importância como um evento que envolveu diversos povos, grupos populacionais e segmentos que compõem a diversidade cultural brasileira.

Cumpre destacar que, mais uma vez, efetivou-se oportunidade para os ciganos de interlocução direta com representantes de governo e com representantes de várias manifestações culturais brasileiras. Houve momentos de apresentação cultural de ciganos com a presença no público assistente de quilombolas, indígenas, entre outros. Sociedade e governo, bem como ciganos e não ciganos, tiveram a oportunidade de se conhecer melhor e seguirem teceendo a teia de relacionamentos e rede de contatos. Entre os ciganos, foi mais uma oportunidade de se encontrarem, se reencontrarem, e fortalecerem seus laços e iniciativas, na busca por reconhecimento, visibilidade e respeito.

Conferência Livre de Cultura e Educação Popular – 22T, 23T	
Relator/a: Byanca Soares, Lourena Kallahan	
Relatoria 22T	• Debate sobre CONAE e PNE • Relação de diversidade cultural e educação • Discussão sobre Lei 10639 em contraposição dos instrumentos para sua efetivação • Educação do campo e o papel do Estado • Reflexão sobre o papel do Educador Popular e sua legitimidade institucional • Implementação das Leis e a discussão do modo como implementa-las e posteriormente a sua fiscalização. • Articular o debate popular e a CONAE nos eixos: Eixo I plano nacional da educação Eixo II. Educação e diversidade Eixo III. Educação, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável Eixo IV. Qualidade da Educação Eixo V. Gestão Democrática, Participação Popular e Controle Social • Valor do Investimento do PIB na educação • Discussão sobre os recursos públicos na educação privada • Colocar em pauta do PNE o reconhecimento dos sujeitos de direitos • O educador e seu papel marginalizado dentro da sociedade
Relatoria 23T	• Houve choque de horário de eventos, com a apresentação e oficina dos Índios Potiguaras e Tabajaras e a Conferencia, obrigando a uma fusão dos eventos, tendo presente os participantes da Conferencia Livre de Cultura e Educação Popular e os Potiguara e Tabajara. • Proposta que o documento finalizado nessa Conferencia seja apresentado na conferencia nacional de Educação. • A coordenara atualizou a plateia dos temas discutidos no primeiro dia de Conferencia. • Implementação da Lei 10639 • A plateia se divide em 4 grupos para discursão das seguintes questões: **Questões para Diálogos: Eixos CONAE 2014** I) Como as práticas e ações culturais podem contribuir para Educação e Diversidade com Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos?;

II) Como as práticas e ações culturais podem contribuir para Gestão Democrática, Participação Popular e Controle Social?

Painel de Eixos: Sistematização Propostas CONAE 2014
Eixo I. PNE e Sistema Nacional de Educação;

Eixo II. Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos;

Eixo III. Educação, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: Cultura, Ciência, Tecnologia, Saúde, Meio Ambiente;

Eixo IV. Qualidade da Educação: Democratização do Acesso, Permanência, Avaliação, Condições de Participação e Aprendizagem;

Eixo V. Gestão Democrática, Participação Popular e Controle Social

- Os grupos discutiram por 1h
- Um representante de cada grupo apresenta o trabalho do grupo

Grupo1: Como as práticas e ações culturais podem contribuir para Educação e Diversidade com Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos?;

- Devem haver praticas nas escolas que interagem com a comunidade a qual a escola esta inserida.
- Práticas descentralizadas;
- As práticas populares inseridas no plano da escola
- Formação cultural para os professores
- Contraponto ao programa Mais Educação sugerindo que a escola force em direção a comunidade, não apenas o inverso como está proposto no programa.
- Educação contextualizada
- Promover a construção e o dialogo do saber cientifico e popular
- Propostas pedagógicas e inovadoras já existentes, mas apenas para a elite.
- Garantir espaço para a comunidade na escola – fazer diálogo entre o conteúdo da escola e as praticas da comunidade
- A escola deve ir para a comunidade e não só o inverso
- Educadores das pontas devem ser vista pela escola com reconhecimento
- Promover a construção do saber científico e saber popular
- Buscar exemplos na realidade brasileira
- Os professores têm de ser preparados para as transformações
- Mudar os conteúdos escolares obrigatórios, promovendo a diversidade dentro dos conteúdos.

Grupo 2:

- Com este modelo de governo que esta e que virá pode garantir educação e diversidade?
- Modificar o currículo – torna-lo dinâmico (garantir autonomia)
- Trabalhar as leis e estatutos nos espaços de mobilização e formação
- Exigir nos concursos de provas e títulos as metodologias de Educação Popular
- Monitoramento e fortalecimentos dos conselhos setoriais com participação da sociedade civil
- Os cargos de gestão coordenação escolar serem por concurso publico
- Mais valorização profissional e formação com praticas e vivências
- Inserir nos espaços de educação formal, práticas (vivências) de educação popular com monitoramento e avaliação gestão e formação continuada.

Grupo 3;
- Como as práticas e ações culturais podem contribuir para Gestão Democrática, Participação Popular e Controle Social?

- Garantir a diversidade no conselho escolar
- Capacitar o concelho escolar
- Identificar pessoas que sejam referencia na comunidade pela tradição oral.
- Mais identidade

Grupo 4;

- Garantir no currículo das licenciaturas o estudo das leis que garantem o ensino de cultura afro-brasileira indígena
- Criar condições para capacitar conselhos escolares e conselhos fiscais para fazer o controle social (planejamento e fiscalização)
- Rever os conceitos que estão permeando o que seria cultura e arte.
- Garantir uma cadeira para educação popular nos diversos conselhos
- As leis estão sendo criadas, mas os currículos nãos estão sendo

	revistos. • Mudança no currículo, sobretudo dos cursos de licenciatura. • Modelo tradicional (em caixas) que não favorece os saberes populares, modelo este de desrespeito. • O espaço escola deve ser cuidado por todos da comunidade • A escola tem que ser vista como pertencente à comunidade • Criar uma política da permanência escolar voltada para a população de terreiro • Formação continuada para o professor nas manifestações culturais e religiosas • Formação para todos os sujeitos que fazer parte da comunidade escolar.
Definir as ações prioritárias para o segmento. (Propor ação, fomento, periodicidade, elencar três ações prioritárias)	
Propor estratégia de articulação com o Sistema Nacional de Cultura (entre o Sistema Minc e entre os entes federados, elencar três propostas)	

DELIBERAÇÕES - GTs ESTADUAIS

COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

1. ACRE

1.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Garantir a partir das leis estaduais o reconhecimento do Mestre Griô.
b) Garantir que os pontos de cultura tenham o apoio do Estado para ocupação dos espaços/equipamentos culturais, com enfoque para os ociosos.
c) Criação de editais estaduais para novos pontos de cultura
d) Garantir ações formativas permanentes para Gestores dos Pontos de Cultura.
e) Garantir Assessoria jurídica e contábil para os Pontos de Cultura.
f) Possibilitar os Estados da Federação a gestão dos recursos dos rendimentos dos convênios dos Pontos de Cultura.

1.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Garantir recursos para intercâmbios entre Pontos de Cultura no âmbito estadual, nacional e internacional.
b) Garantir Sustentabilidade para Pontos de Cultura através da renovação dos convênios.
c) Criação de editais para novos Pontos de Cultura na esfera municipal, estadual e nacional;
d) Garantir a aprovação da Lei Cultura Viva e que esta seja uma política de Estado;
e) Garantir recursos para a participação dos Pontos de Cultura indígena nas ações do Programa Cultura Viva

2. AMAPÁ

2.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Continuação dos Pontos de Cultura
b) Inclusão nos conselhos de cultura (Representantes)

2.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Editais regionalizados
b) Relação direta sobre recursos existentes (derivados) com MINC e Pontos de Cultura
c) Inclusão de representantes dos Pontos de Cultura no Conselho Nacional de Cultura

3. ALAGOAS

3.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Reativar a tramitação do projeto da lei estadual de incentivo a cultura de Alagoas, garantindo o envio para apreciação e aprovação na Assembleia Legislativa até final de 2014;
b) Fomentar os mecanismos do controle social, visando mudar o Caráter do Conselho Estadual de Cultura conforme critérios do SNC, e garantindo uma assento efetivo para a Rede Alagoana dos Pontos de Cultura.

3.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Mobilização sociopolítica de capilaridade, com ações periódicas e articularas, que pressionem aprovações legais de benefício à Cultura: Lei Cultura Viva, PEC 150, Lei Griô.

4. RORAIMA

4.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Fortalecer a Rede de pontos de Cultura de Roraima
   i. Efetivar o repasse da segunda parcela dos pontos;
   ii. Abrir edital para ampliar a rede dos pontos de Cultura de Roraima;
b) Programa Amazônia Cultural
   i. Garantir o calendário do programa
   ii. Adequar o edital para atender as realidades amazônicas.
c) Fortalecimento da Regional Norte MinC – Garantir a maior presença na região, com representações deste em todos os Estados.
d) Garantir que todas as iniciativas tenham caráter de ampla inclusão, portanto, todas as inscrições-formulários deverão contemplar além da via internet, outras formas: escrita e oral, para atender as demandas reprimidas que estão offline.
e) Efetivar o SNC em Roraima - Cumprir as etapas para efetivar a adesão do SNC , com aprovação do Plano Estadual de Cultura e a criação do Fundo Estadual de Cultura.

4.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Fortalecimento do Programa cultura Viva;
b) Marco regulatório para o Terceiro setor, com regras adequadas a gestão de recursos públicos pelas as Organizações da Rede de Pontos de Cultura.
c) Aprovação da Lei Cultura Viva
d) Garantir a % do custo Amazônico aprovado na segunda conferencia de Cultura do Brasil, em todos os projetos e editais na Região.
e) Aprovação, regulamentação efetivação do Marco regulatório para o terceiro setor;
f) Fortalecimento do programa cultura viva;
g) Aprovação e regulamentação da Lei Cultura Viva;
h) Democratização da comunicação.

5. RIO GRANDE DO SUL

5.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Desburocratização dos editais para Ponto de Cultura no Estado do RS;
b) Aprovação da Lei Cultura Viva RS;
c) Imediata aceleração do processo de conveniamento dos Pontos de Cultura do RS que ainda não receberam;
d) Demandas das comunidades quilombolas do RS (estruturação, formação e divulgação);
e) Trabalhar o aprofundamento e entendimento dos GTs e de plataformas como a Corais.

5.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Aprovação Lei Cultura Viva;
b) Desburocratização através de Prêmios e/ou contratos que tenham como prestação de contas o cumprimento do objeto e não a execução físico-financeira;
c) Fortalecer o Prêmio de Culturas Indígenas;
d) A CNPdC deve ter composição de representação por estado e de GTs que tenham princípio identitário, incentivando a transversalidade entre os GTs;
e) Promover a integração entre os educadores do Programa Mais Cultura nas Escolas com a Rede dos Pontos de Cultura;
f) Assegurar o protagonismo dos fazedores de cultura e não dos tecnocratas;
g) Fortalecer o Prêmio de Culturas Indígenas;
h) Inclusão dos Cineclubes no Programa Cultura Viva;
i) Criar um mecanismo de fiscalização e acompanhamento dos GTs.

6. BAHIA

6.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Fomento às ações temáticas do Programa Cultura Viva no Estado da Bahia.
b) Criação da Lei Cultura Viva na Bahia.

6.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Aprovação e regulamentação imediata da Lei Cultura Viva;
b) Criação do Comitê gestor do Programa Cultura Viva em nível federal, estadual e municipal.

7. CEARÁ

7.1. PROPOSTAS ESTADUAIS

a) Fortalecer a Rede Estadual dos Pontos de Cultura através da simplificação dos processos de contratação e prestação de contas, bem como fomentar a rede estadual dos Pontos de Cultura e as redes temáticas Cultura Viva, garantindo ampliação dos recursos destinados pelo Governo do Estado do Ceará;
b) Institucionalizar a comissão Cearense de Pontos de Cultura eleita no ultimo fórum, como instância da Secretaria de Cultura no formato de colegiado para discussão permanente e com e assento no Conselho Estadual de Cultura. A comissão terá como

propositura alinhar a discussão e elaborar uma minuta de Projeto de lei que instituirá o Programa Cultura Viva no Ceará.

7.2. PROPOSTAS NACIONAIS

a) Continuidade dos editais de premiação, manutenção e nas linguagens especificas para os Pontos de Cultura;

b) Criação de um Portal virtual com atualizações frequentes e mapeamento dos Pontos de Cultura do Brasil.

8. DISTRITO FEDERAL

8.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Blog do PCDF

b) Teia itinerante pontos de cultura – diversidade no DF

8.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Necessidade de participação representativa dos pontos DF nos GT Temáticos

b) Necessidade de aprovação da Lei dos Mestres e Cultura Viva

9. ESPIRITO SANTO

9.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Promover ações de formação e capacitação para os Pontos de Cultura voltados para a Produção Cultural, Gestão e Comunicação em Rede.

b) Fomentar e fortalecer ações no campo da cultura, tais como: oficinas, debates, colóquios temáticos, troca de experiências entre Pontos de Cultura, identificação e discussão por linguagens.

c) Dar continuidade aos editais que proporcionam a conexão em rede, intercâmbio entre os Pontos de Cultura e com as organizações e as instituições de ensino e manifestações culturais diversas.

d) Fomentar ações estruturantes para os Pontos de Cultura, juntamente com os editais de convênio ou prêmio, garantindo a continuidade dos Pontos de Cultura como uma política de Estado. Estas ações estruturantes serão na área de formação das redes municipais, estaduais e temáticas, garantindo recursos para as reuniões das Comissões Estaduais dos Pontos de Cultura e recursos pra intercâmbio entre ospontos.

e) Aproximar a relação entre Ministério da Cultura e Secretarias Estaduais para potencializar as ações já desenvolvidas no Programa Cultura Viva, assim como fomentar novas redes.

f) Garantir um escritório de representação do Ministério da Cultura por estado brasileiro.

g) Garantir a distribuição isonômica de recursos entre os estados brasileiros, de forma que os estados pouco atendidos pelo programa Cultura Viva possam ampliar suas redes.

h) Revisar e atualizar os valores de repasse às ações do Programa Cultura Viva.

i) Promover a desburocratização e a celeridade nas respostas de mudanças de plano de trabalho.

j) Priorizar como forma de repasse de recurso financeiro para todas as ações do Programa Cultura Viva o modelo Prêmio, atendendo as reais potencialidades dos Pontos de Cultura objetivando, na avaliação, os resultados (projeto físico).

k) Eliminar a obrigatoriedade da aquisição do kit multimídia, desde que seja atendida a premissa do Programa Cultura Viva de garantia de comunicação em rede.

l) Acompanhar e apoiar os Pontos de Leitura e Pontos de Memória para potencializar suas ações desenvolvidas, integrando-os às demais ações do Programa Cultura Viva.

m) Criar condição legal federal de bolsa para os mestres de cultura popular, além dos já existentes editais de prêmios, similar às leis estaduais em funcionamento que concedem bolsas vitalícias para os mestres de cultura popular e tradicional, objetivando inserir estes membros em programas de transmissão de saberes e salvaguarda do patrimônio imaterial.

n) Garantir o acesso à internet a todos os Pontos de Cultura.

9.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Criar espaço de divulgação no site e em outros espaços de comunicação da SECULT-ES e das Prefeituras Municipais, contendo a memória, calendário de eventos e divulgação dos trabalhos das entidades participantes do Programa Cultura Viva e das ações transversais a esse programa.

b) Criar blog, contendo a memória, calendário de eventos e divulgação dos trabalhos das entidades participantes do Programa Cultura Viva e das ações transversais a esse programa.

c) Criar grupo de trabalho para tratar comunicação em rede no Facebook, blog e espaço no site da SECULT-ES e das Prefeituras Municipais.

d) Criar catálogo das Redes do Programa Cultura Viva e das demais ações transversais a este programa.

e) Elaborar calendário de reuniões e eventos das Redes do Programa Cultura Viva e das demais ações transversais a este programa, garantindo recursos financeiros da SECULT-ES para 02 reuniões anuais das redes do programa Cultura Viva e das demais ações transversais a este programa, bem como para a realização da Mostra Artística Estadual dos Pontos de Cultura nos anos de 2014 e 2015.

f) Garantir recursos para promover o intercâmbio cultural e a troca de experiências e saberes entre as Redes do Programa Cultura Viva e das demais ações transversais a este programa.

g) Ampliar a equipe da SECULT-ES e da Prefeitura Municipal de Vitória direcionadas ao atendimento das Redes do Programa Cultura Viva e das demais ações transversais a este programa, tanto na equipe técnica quanto na equipe de prestação de contas. Estes servidores devem estar conceitualmente engajados no Programa Cultura Viva e, preferencialmente, que não haja rotatividade.

h) Determinar prazos para a avaliação das prestações de contas por parte da SECULT- ES e das Prefeituras Municipais.
i) Garantir recursos financeiros para viabilizar as reuniões do colegiado da Comissão Estadual dos Pontos de Cultura do Espírito Santo.
j) Criar e publicar um manual explicativo em linguagem simplificada das regras, detalhes, procedimentos, normas, estabelecimento de prazos, alterações possíveis nos planos de trabalho e documentos solicitados na execução dos convênios dos Pontos de Cultura do Espírito Santo. Este manual poderá ser disponibilizado em formato digital e impresso para todas as entidades participantes do Programa Cultura Viva e das demais ações transversais a este programa.
k) Garantir o acesso à internet a todas as entidades que compõe o Programa Cultura Viva e que compõe as demais ações transversais a este programa.
l) Criar Edital Estadual para intercâmbio entre as Redes do Programa Cultura Viva e as demais ações transversais a este programa, nos moldes do Prêmio Interações Estéticas.
m) Aproximar a relação entre o Ministério da Cultura e a SECULT-ES junto aos 78 municípios do Espírito Santo para potencializar as ações já desenvolvidas pelas Redes do Programa Cultura Viva e pelas demais ações transversais a este programa, assim como fomentar novas redes municipais.
n) Dar visibilidade aos produtos e serviços das Redes do Programa Cultura Viva e das demais ações transversais a este programa através de mostras culturais e inserção na rede de comunicação (jornalismo, publicidade e marketing) do Governo do Estado do Espírito Santo e das Prefeituras Municipais.
o) Promover reuniões com o Governador e o Secretário da Cultura do Estado do Espírito Santo para apresentar e acompanhar o atendimento às demandas das Redes do Programa Cultura Viva e das demais ações transversais a este programa.
p) Apoiar a criação da Lei Cultura Viva no Estado do Espírito Santo.
q) Desburocratizar e promover a celeridade nas respostas de mudanças de plano de trabalho, assim como, permitir adequações nos planos de trabalho das Entidades participantes das Redes do Programa Cultura Viva e das demais ações transversais a este programa, desde que não haja mudanças do objeto e da natureza das despesas e desde que estas sejam justificadas.
r) A SECULT-ES e as Prefeituras Municipais deverão apresentar o amparo legal quando das suas exigências burocráticas.
s) Excluir as taxas bancárias de convênios estaduais e municipais por parte dos Bancos Públicos.
t) Priorizar o modelo prêmio para o financiamento das ações das Redes do Programa Cultura Viva e das demais ações transversais a este programa.
u) Garantir a alteração da equipe de colaboradores das entidades participantes do Programa Cultura Viva e das demais ações transversais a este programa, sem a prévia

anuência da SECULT-ES e das Prefeituras Municipais, desde que não haja alteração do objeto e cronograma físico-financeiro.

v) Ampliar as Redes do Programa Cultura Viva e das demais ações transversais a este programa e atualizar os valores destinados às ações desenvolvidas.

w) Definir a utilização, através de gestão compartilhada, dos recursos financeiros referentes aos rendimentos da aplicação financeira dos convênios celebrados entre a SECULT-ES/Prefeituras Municipais e o Ministério da Cultura no desenvolvimento do Programa Cultura Viva.

x) Garantir cadeira representativa do Programa Cultura Viva e das demais ações transversais a este programa nos Conselhos Municipais e Estadual de Cultura.

y) Criar Lei de Incentivo à Cultura Estadual. Este instrumento consiste em permitir que as contribuições de pessoas jurídicas aos projetos culturais sejam deduzidos do imposto estadual devido pelas empresas, o que fomenta o interesse de investidores, artistas e do público em dinamizar e consolidar o mercado cultural do Estado do Espírito Santo.

z) Criar editais que contemplem os povos e comunidades tradicionais, como as comunidades quilombolas, pomeranas, indígenas, ciganas e de terreiro. Esta diversidade sociocultural deverá ser salvaguardada, valorizada e priorizada considerando sua contribuição histórico-cultural na formação da sociedade.

aa) Criar condição normativa legal de bolsas para os mestres de cultura popular, além dos já existentes editais de prêmios. Alguns estados brasileiros possuem leis estaduais que concedem bolsas vitalícias para os mestres de cultura popular, objetivando inserir estes membros em programas de transmissão de saberes e salvaguarda do patrimônio imaterial.

bb) Reforçar a necessidade de discussão sobre a desvinculação da Lei Cultura Viva da Lei nº 8666/93. Por se tratar de uma lei que normatiza os processos de contratação do serviço público, ela se torna um instrumento impróprio para a contratação no universo cultural.

cc) Criar o Instituto de Patrimônio Cultural do Espírito Santo e regularizar o da Subsecretaria de Patrimônio Cultural do Espírito Santo.

10. RONDONIA

10.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS:

a) Que a superintendência de estado de cultura, se faça presente com efetividade de ações em todos os municípios do estado de Rondônia.

b) Que se fortaleça o fomento para utilização dos espaços públicos destinados a cultura já existente e crie outros espaços dando condições a circulação, criação e execução a todos os seguimentos culturais

10.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Que exista um representante do Ministério da Cultura em cada estado brasileiro

b) Que se abram editais de manutenção para dar continuidade aos pontos de cultura já existentes e abram-se novos editais para novos pontos de cultura.

11. SANTA CATARINA

11.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Criação do mecenato estadual
b) Garantir representação dos Pontos de Cultura, da "arte e cultura digital" e das culturas populares e tradicionais, no novo Conselho Estadual de Política Cultural;
c) Estimular a implementação do programa Cultura Viva municipal, estadual ou em consórcios regionais.
d) Estimular, via edital e/ou programas, o intercâmbio entre pontos de cultura, para interação, difusão e convivência da diversidade cultural entre os pontos e as comunidades locais;
e) Promover ações, via edital e/ou programas, de circulação da produção artístico-cultural dos Pontos de Cultura nas diversas regiões do estado;
f) Ampliar as oportunidades de inclusão artística e cultural para crianças, jovens e adultos nas comunidades, em programas geridos preferencialmente pelos Pontos de Cultura;
g) Criação de programas de formação de gestores, produtores e agentes culturais dos pontos de cultura, visando à ampliação das suas ações educativas e formativas;
h) Ampliar a oferta de pontões de cultura no estado para fortalecer as relações entre os pontos de cultura.
i) Ampliar a rede catarinense de Pontos de Cultura, abrangendo um maior número de municípios;
j) Desenvolver, divulgar e replicar as tecnologias sociais dos Pontos de Cultura, garantindo o livre acesso e a diversidade étnica e cultural;
k) Ampliar, por meio de edital, os Pontos de Memória e Ação Griô em Santa Catarina, para valorização do patrimônio cultural (material e imaterial) e proteção dos conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais;
l) Criar mecanismos financeiros de fomento junto ao BNDES e a órgãos estaduais para produção e comercialização de bens e serviços culturais das entidades do terceiro setor;
m) Que o Governo do Estado busque incluir produtos e/ou serviços oferecidos pelos Pontos de Cultura nos processos licitatórios;
n) Estimular a criação de mecanismos para a comercialização de bens e serviços dos Pontos de Cultura em feiras de turismo de que o Estado já participe;
o) Criar e fomentar mecanismos de escoamento da produção artesanal e artístico-cultural dos Pontos de Cultura, através de redes de distribuição de produtos em geral, em feiras, em outras parcerias com Sebrae, Santur etc;

p) Criação de cursos gratuitos para a qualificação em Gestão, Elaboração de Projetos, Captação de Recursos, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Culturais na Rede Catarinense dos Pontos de Cultura;
q) Criação de edital específico para os Pontos de Cultura para fomento da economia solidária e criativa estadual

11.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Aprovação da PEC 150
b) Aprovação do Procultura
c) Incluir os pontos de cultura no cadastro do MINC para recebimento do equipamento de utilização de vales-cultura;
d) Estimular a criação/adequação/integração dos sistemas municipais e estaduais de cultura ao SNIIC (Sistema Nacional de Informações e Indicadores Cultuais)
e) Ampliar as oportunidades de inclusão artística e cultural para crianças, jovens e adultos nas comunidades, em programas geridos preferencialmente pelos Pontos de Cultura;
f) Criação de programas de formação de gestores, produtores e agentes culturais dos pontos de cultura, visando à ampliação das suas ações educativas e formativas;
g) Mobilizar a rede nacional dos Pontos de Cultura em prol da Campanha Nacional pela Democratização da Comunicação (campanha Para expressar liberdade);
h) Ampliar a oferta de pontões de cultura no pais para fortalecer as relações entre os pontos de cultura e demais agentes da rede cultura viva.
i) Desenvolver, divulgar e replicar as tecnologias sociais dos Pontos de Cultura, garantindo o livre acesso e a diversidade étnica e cultural;
j) Promover e fomentar ações de intercâmbio da Cultura Viva na América Latina, relacionando programas e acordos de cooperação firmados entre governos.
k) Estimular a criação de mecanismos para a comercialização de bens e serviços dos Pontos de Cultura em feiras de turismo nacionais
l) Criar mecanismos para exposição e circulação, em âmbito nacional e internacional, da produção artesanal, artístico-cultural e obras de artistas visuais vinculados aos Pontos de Cultura.

12. GOIAS

12.1. PROPOSTAS APROVADAS

a) SISTEMA NACIONAL DE CULTURA
    i. Comissão Parlamentares de Deputado Estaduais para a cultura
    ii. Instituir Fórum Permanente de Cultura dos Pontos de Cultura e Setoriais
    iii. Criar um mecanismo para referendar os nomes indicados para os cargos de gestores culturais
    iv. Os pontos de cultura devem fazer gestão junto às prefeituras para que estas possam aderir ao Sistema Nacional de Cultura

v. Agilizar a aprovação do Plano Estadual de Cultura com um cronograma público.
vi. Garantir uma cadeira para a representação dos pontos de cultura no Conselho Estadual de Cultura
vii. Criar um mecanismo para referendar os nomes indicados para o Conselho Estadual de Cultura
viii. Criar a Lei Cultura Viva no Estado
ix. Ter uma Representação do MinC em cada Estado
x. Aprovação da Lei Cultura Viva Nacional
xi. 50% das verbas destinadas à Lei Goiazes através do mecenato devem ser destinadas ao Fundo Estadual de Cultura, sendo que 60% deste montante devem ser destinados aos Fundos Municipais de Cultura e 50% devem ser destinados a construção do Programa Cultura Viva

b) CULTURA COMO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
i. Promover e fortalecer o intercâmbio entre pontos de cultura
ii. Lançamento de editais estadual e municipal para construção e reforma de sede culturais
iii. Inclusão dos pontos de cultura em eventos do estado e municípios com as apresentações culturais, serviços e bens culturais
iv. Capacitação dos gestores dos pontos
v. Lançamento de editais para compra de equipamentos e matérias-primas para reestruturação dos pontos
vi. Cessão de direito de áreas públicas para construção de sedes culturais
vii. Implementação dos fundos estadual e municipais de cultura e do fundo cultura viva

c) CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS
i. O respeito ao direto individual do cidadão para as praticas culturais tem que ser fortalecido
ii. Incentivo a inclusão cultural e acesso ao meio cultural
iii. Elaboração e apresentação do projeto de lei Cultura Viva de Estado de Goiás para assembleia legislativa encaminhar em 2013.
iv. Garantir editais Cultural Viva, com repasse orçamentário para os fundos municipais de cultura
v. Utilização dos espaços ociosos do poder publico ,para atividades culturais
vi. Garantir projetos de integração entre educação e cultura que contemplem as leis 10.639 e 11.645 incorporando as questões de gênero, geracional, orientação sexual e acessibilidade
vii. Fortalecimento do conselho e municipal de cultura buscando garantir paridade em sua formação e execução do plano municipal de cultura.

d) PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL

i. Reconhecimento e mapeamento dos movimentos artísticos e culturais em todo o Estado de Goiás
ii. Criar uma assessoria de imprensa gratuita para divulgar os produtos de arte e cultura, oriundos dos segmentos populares, comunitários e pontos de cultura
iii. Implantar uma agenda artistica e cultural que abranja toda a diversidade no estado. Esta agenda tem o sentido construir uma política que promova a divulgação dos produtos artísticos e culturais, em níveis municipais, estadual e federal
iv. Construir uma política de manutenção de equipamentos públicos, servindo como base da produção cultural simbólica
v. Potencializar os espaços dos pontos de cultura enquanto equipamentos de difusão da produção artística e cultural simbólica das comunidades através de financiamentos públicos
vi. Lançar editais que considerem a diversidade artística e cultural
vii. Política pública que estimule a valorização dos artistas negros também nas áreas de teatro, da música, da dança, nas artes visuais, hip hop etc.
viii. Conclamar os grupos e pontos de cultura de Goiás a construção de uma agenda / calendário de encontros, seminários, bem como momentos de vivências e confraternizações, possibilitando com isso a prática da cidadania mútua.

12.2. PROPOSTAS APROVADAS EM PLENÁRIO

a) 10% do Fundo Social do Pré-sal para a Cultura
b) Aprovação da PEC 150
c) Esforço organizado para a Lei Cultura Viva na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás
d) Acertar a pauta das reivindicações com SP (Atravessa Cultura)
e) Movimento 5% já para a Cultura!

13. MATO GROSSO DO SUL

13.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Criação de Chancela dos Pontos de Cultura para captar recursos com incentivos fiscais nos dois níveis Estaduais e Municipais.
b) Lançamento de Editais de Pontos de Cultura com destaque na manutenção e fortalecimento das atividades.

13.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Aprovação da PEC 150
b) Aprovação e regulamentação do programa cultura viva e criação do Comite/Conselho Gestor da Política Cultura Viva.

14. PARAÍBA

14.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Priorizar os projetos Cultura Viva e Procultura como políticas de Estado, entendendo que o programa Cultura Viva foi construído pela rede pontos de cultura e que traduz as nossas demandas como a consolidação de uma política pública de gestão compartilhada que respeita a diversidade e promove o acesso à cultura brasileira;

b) Construção de um documento durante a semana da Teia Nacional da Diversidade, feita colaborativamente entre os delegados presentes, endereçada ao Ministério da Cultura, contendo: solicitação de relação de pendências de cada prestação de contas apresentada pelos Pontos de Cultura; valor atualizado dos rendimentos das contas bancárias dos convênios da Secretaria de Cultura do Estado, da Fundação Cultural de João Pessoa e da secretaria de Cultura de Campina Grande; uma informação oficial e padronizada para a prestação de contas, a fim de dirimir as divergências entre os direcionamentos das entidades gestoras.

14.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Aprovação da Lei Cultura Viva e priorizá-la como política de Estado, entendendo que o programa Cultura Viva foi construído pela rede pontos de cultura e que traduz as nossas demandas como a consolidação de uma política pública de gestão compartilhada que respeita a diversidade e promove o acesso à cultura brasileira;

b) Fortalecer a articulação do Ministério da Cultura com os outros Ministérios, para que haja o conhecimento e um reconhecimento do Programa Cultura Viva, e que este Programa passe a integrar as ações e projetos de ação compartilhada entre os Ministérios.

15. PARANÁ

15.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Protesto contra a inoperância do Governo do Estado do Paraná por ser o único estado do Brasil a não ter aderido ao programa Cultura Viva;

b) Que a rede de pontos de cultura do Paraná vai reivindicar que o Ministério da Cultura acione a Secretaria de Governo do Estado do Paraná para a implementação do programa cultura viva;

c) Ação da Rede de Pontos de Cultura junto ao Governo do Paraná para implementação do Programa Cultura Viva;

d) Carta de intenção para que os Candidatos ao Governo do estado assinem se comprometendo com a implementação do Programa Cultura Viva no estado e a aprovação da Lei Cultura Viva estadual;

15.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Apoio ao Marco Legal das Organizações da Sociedade Civil;

b) Apoio a Lei Cutura Viva Nacional;

c) Apoio a PEC 150

d) Apoio a Lei da Mídia Democrática – PLIP
e) Que a próxima comissão nacional apresente uma carta de intenção para que os Candidatos à Presidência da república assinem se comprometendo com o fortalecimento do Programa Cultura Viva e a aprovação da Lei Cultura Viva Nacional;

16. PERNAMBUCO

16.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Garantir o Projeto Tecendo redes: articulação do conselho gestor com os pontos de cultura nas 12 regiões de desenvolvimento como forma de troca de saberes dentro dos festivais regionais em Pernambuco;
b) Utilização dos rendimentos dos recursos proveniente da aplicação financeira no âmbito do edital dos pontos de cultura Minc-FUNDARPE 2009, que esses recursos sejam destinados diretamente em beneficio dos pontos de cultura, tais como: apresentações artísticas e de formação, movimentação do conselho gestor;
c) Destinar um percentual para os pontos de cultura nos FUNCUTURAS (fundos de incentivo a cultura) nos festivais nação cultural e nos ciclos festivos do estado;
d) Garantir a abertura de novos editais de pontos de cultura.

16.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Garantir a participação de Pernambuco na discussão dos pontos de cultura no programa cultura viva;
b) Intercambio dos pontos de cultura de Pernambuco com outros estados como forma de interação estética e gestão como exemplo o edital de interações estéticas e políticas.
c) Garantir a abertura de novos editais de pontos de cultura.

17. RIO DE JANEIRO

17.1. DELIBERACAOES ESTADUAIS

a) Estruturar e articular com todos os candidatos a governador o compromisso com o programa Cultura Viva
b) Lutar pela aprovação do Pl Cultura Viva no estado e em todos os municípios do RJ
c) Garantia do Governo do Estado e municípios de arcar com a logística\estrutura (hospedagem, alimentação e transporte) para as caravanas do Fórum Estadual
d) Debater mais os objetivos e responsabilidades dos pontões
e) Prever nas equipes de avaliação de projetos\editais pessoas com pratica e teoria na cultura popular e não priorizarem grandes produtores serem beneficiadas.
f) Seminário para sistematizar, debater e criar critérios qualitativos p projetos culturais\impacto cultural para que o MinC\Estado seja qualificado pelos Pontos de Cultura

17.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Lutar pela aprovação urgente do PL Cultura Viva – criar Dia Nacional Cultura Viva

b) Descontigenciamento do orçamento
c) Fim contrapartida 50%\50% e volta dos 2\3
d) Nossa sede ! Nossa Vida!!
e) Debater + os objetivos e responsabilidades dos pontões
f) Prever nas equipes de avaliação de projetos\editais pessoas com pratica e teoria na cultura popular e não priorizarem grandes produtores serem beneficiadas.
g) Seminário para sistematizar, debater e criar critérios qualitativos p projetos culturais\impacto cultural para que o MinC\Estado seja qualificado pelos Pontos de Cultura
h) Protocolo para a cultura em relação a catástrofes\desastres naturais ou nao

18. **RIO GRANDE DO NORTE**

18.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Implementação imediata do Sistema Nacional de Cultura no Estado e todos os Municípios do RN.
b) Fortalecimento da Rede Estadual dos Pontos de Cultura e de Memória do RN, de modo a garantir a assessoria técnica e jurídica e repasse dos recursos.
c) Ampliação da Rede dos Pontos de Cultura e de Memória do RN, de modo a favorecer a criação de novos pontos e a incorporação de diferentes atores à margem destes recursos.

18.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Criação de Legislação específica, regulamentando a relação Ponto de Cultura; Ponto de Memória e ONG´s com o Estado Brasileiro de modo a garantir tratamento jurídico adequado a estas instituições culturais, sem fins lucrativos.
b) Descentralização do programa Cultura Viva para Estados e Municípios, com a ampliação dos recursos, desburocratizando as formas de acesso.
c) Institucionalização do programa Cultura Viva, transformando-o em Política Pública de Estado.
d) Fortalecimento e ampliação do Programa Mais Cultura nas escolas, integrando as políticas educacionais e culturais, trabalhando em uma perspectiva de ensino integral brasileiro.

19. SÃO PAULO

19.1. TEMÁTICA 1 – CULTURA VIVA E SISTEMAS ESTADUAL E NACIONAL DE CULTURA

a) Formalizar e fortalecer Pontões, Pontos e Pontinhos de Cultura através de editais específicos;

b) Estabelecer comunicação de massa, mobilizando os municípios para a implementação do Plano Nacional de Cultura (PNC) e sensibilizando para a descriminalização da ação política e cultural dos Pontos de cultura nos
c) municípios, fortalecendo o Programa Cultura Viva e os Conselhos;
d) Que 50% (cinquenta por cento) da verba destinada à Lei de Incentivo Estadual (PROAC ICMS) seja destinada ao Fundo Estadual, dos quais 60% (sessenta por cento) serão encaminhados aos Fundos Municipais e destinados à continuidade da Lei Cultura Viva Estadual;
e) Criação de uma linha de editais do PROAC específicos para os Pontos de Cultura, sejam eles conveniados ou não;
f) Ampliação da Rede dos Pontos de Cultura, atualização monetária do valor recebido pelos Pontos, utilizando o índice IPCA, garantindo o período mínimo de 36 (trinta e seis) meses contínuos de recebimento de verba e a destinação mínima de 0,1% (zero vírgula um) do orçamento da União, dos estados e dos municipios para o Programa Cultura Viva Comunitária;
g) Estabelecimento de cotas para municípios com até 50 (cinquenta) mil habitantes nos editais do PROAC em todas as modalidades contempladas.
h) SNIIC: Criação de Campanhas para mobilização de trabalhadores da cultura, cidadãos culturais, artistas, grupos, coletivos (formais e informais), povos e nações se cadastrarem no SNIIC (Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais) com destaque para os que se identificam com a Cultura Viva, sendo ou não premiados/conveniados enquanto “Pontos de Cultura”;
i) Georreferenciamento: reaproveitamento de todos os dados já gerados nas diversas plataformas e ferramentas em todos estes anos de Cultura Viva (desde 2004)- principalmente os que já fizeram uso de verbas públicas para realizarem tais tarefas – relacionando estes dados com outros mapeamentos. Exemplos: “Economia Solidária” (Fórum Nacional, Cirandas), Assistência Social (Cadastro Único), etc. Reunindo estes dados todos em um Portal construído em software livre, funcionando de modo aberto para novos cadastros autodeclaratórios.
j) Ampliação das Regionais do Ministério da Cultura nos Estados, criando núcleos regionais do Ministério para implantação e acompanhamento do Plano Nacional de Cultura.

19.2. TEMÁTICA 2 -PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL

a) Constituir um observatório para realizar o levantamento das propostas já acumuladas de outros encontros, fóruns e conferencias municipais, estaduais e nacionais e acompanhamento de seus desdobramentos, sendo disponibilizadas em todos os futuros encontros.
b) Garantir a transmissão online de todas as reuniões com espaço de chat (webconferencia).

19.3. TEMÁTICA 3 – CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS

a) Garantia dos 3 anos de repasses, sem escalonamento, com correção de valor monetário, sendo 2% do orçamento federal, estaduais, e municipais para a cultura, e pelo menos 10% destes recursos reservado para o Cultura Viva.
b) Editais Cultura Viva com periodicidade anual.
c) Ocupação dos espaços públicos ociosos por Pontos de Cultura.
d) Fortalecimento dos Pontões e Pontos de Cultura viva mediante editais em nível federal, estadual e municipal e com atenção as questões de cidadania, gênero, acessibilidade e interculturalidade.
e) Garantir projetos com integração entre educação e cultura que contemplem as Leis 10.639 e 11.645 com desenvolvimento no interior das escolas incorporando as questões de gênero, geracional, orientação sexual e acessibilidade.
f) Garantia dentro do programa de ações culturais afirmativas alinhadas com a política nacional de direitos humanos com a política nacional de mulheres e com a política nacional de promoção da igualdade racial.
g) Aprovação da Lei Griô
h) Aprovação da Lei Cultura Viva
i) Garantir a participação dos agentes multiculturais no desenho de programas para uma implementação adequada nas diversas comunidades.
j) Formar agentes sociais/culturais mediante um programa de resgate e preservação da cultura local integrado a educação e meio ambiente.
k) Promover e fomentar o intercâmbio e transferência da experiência e saberes do processo Cultura Viva nos países onde existe o Cultura Viva Comunitária para a construção de pontes e integração latino-americana (como: residências, circulação de pessoas, interações estéticas…)
l) Garantir a presença da Rede de Pontos de Cultura do Estado de São Paulo nos congressos Cultura Viva Comunitária.
m) Garantir integração dos Saberes da Cultura e Educação com o Programa Cultura Viva nas Escolas.

19.4. TEMÁTICA 4 – ECONOMIA VIVA: CULTURA E DESENVOLVIMENTO

a) Promover feiras, festivais e encontros a fim de fazer o intercâmbio de bens, serviços culturais e conhecimentos. OBS: A comercialização de produtos e serviços não se aplica a todos os Pontos de Cultura, como por exemplo os que trabalham com crianças, adolescentes e deficientes
b) Sugestão de formação para gestão dos pontos, prestação de contas dos Pontos de Cultura e siconv.
c) Conscientização das empresas a fim de apoiarem os Pontos de Cultura em seus projetos.
d) Campanha publicitária para divulgação do que é um Ponto de Cultura.
e) Criar circuitos regionais de turismo cultural envolvendo os pontos.
f) Criar edital de turismo cultural de base comunitária.
g) Criar feiras e festivais dos pontos para serem utilizados os vales cultura.

19.5. DELIBERAÇÕES NACIONAIS:

a) INCLUIR: Anistia das pendências financeiras e burocráticas dos pontos de cultura
b) INCLUIR: Lei Cultura Viva
c) Solicitamos o empenho dos governos federais, estaduais, e municipais na construções da Lei Cultura VIVA.

20. MARANHAO

20.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS:

20.1.1. TEMATICA 01 – CULTURA VIVA E SISTEMAS ESTADUAL E NACIONAL DE CULTURA

a) A rede estadual dos Pontos de Cultura propõe ao Conselho Estadual de Cultura que incentive através de Fóruns, Oficinas e Assessorias, a criação ou fortalecimento dos sistemas municipais de cultura, bem como auxiliar os Conselhos Municipais para fortalecimento do SNC;
b) Instituir um programa de qualificação técnica e operacional, para no mínimo de 04 pessoas em cada Ponto de Cultura, para usufruto de equipamentos e tecnologias informacionais.

20.1.2. TEMÁTICA 02 - PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL

a) Cultura Viva, comunicação comunitária, democratização da comunicação, pontos de difusão, mídias livres e direitos autorais;
    i. Propor ao Poder Público o apoio à criação e fortalecimento de rádios comunitárias, boletins informativos dos pontos para divulgar suas ações e produtos e espaço em outras mídias, bem como, a criação de um site de rede dos pontos de cultura, pontinhos, ponto de leitura, viva leitura, ponto de memória, etc., que será gerenciado pelos pontos que trabalham com mídia externa e comunicação no Maranhão.
b) Intercâmbio ponto a ponto: Promover o intercâmbio entre os pontos de cultura da mesma região, com interação das atividades e conhecimentos específicos de cada ponto. Daí resultando encontros semestrais entre todos os pontos do estado, culminando com a realização da Primeira Feira Estadual dos Pontos de Cultura do Estado do Maranhão onde serão mostrados todos os resultados dos pontos numa grande exposição de produtos, apresentações artísticas e manifestações folclóricas;
c) Educação e formação artística (ponto a ponto): Propor formação de parcerias com instituições que desenvolvam atividades educativas, artísticas e culturais e troca de experiências e conhecimentos dos pontos de cultura, pontinhos, ponto de leitura, viva leitura, ponto de memória, etc., entre si, resultando numa capacitação entre os mesmos; Articulação em rede: pontões e comunicação interna para fortalecer as relações entre os pontos.
d) Articulação em rede: pontões e comunicação interna para fortalecer as relações entre os pontos.

i. Troca de comunicação digital entre os pontos (e-mails, faces, blogs, etc); socializando suas ações, dificuldades, experiências, etc .,

ii. - Solicitar ao Poder Público Estadual que seja destinado um percentual do Fundo Cultural para o fortalecimento das articulações em rede dos Pontos de Cultura, pontinhos, ponto de leitura, viva leitura, ponto de memória, etc.

20.1.3. TEMÁTICA 03 - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS

a) Institucionalizar a REDE DE PONTOS DE CULTURA ESTADUAL e fomentar intercâmbio contínuo, no mínimo 01 (um) encontro por semestre, entre os pontos (encontros, seminários, oficinas, mostras, etc.);

b) Garantir a acessibilidade ao PROGRAMA CULTURA VIVA respeitando a realidade de cada região e sua peculiaridade étnica racial;

c) Ampliação dos Pontos de Memória e Ação Griô e valorização do patrimônio cultural das comunidades tradicionais e povos de terreiros, para proteção, salvaguarda, direito a memória e identidade;

20.1.4. TEMÁTICA 04 - ECONOMIA VIVA: CULTURA E DESENVOLVIMENTO

a) Criação de uma linha de editais para os Pontos de Cultura com prêmios que fortaleça a sustentabilidade, criação e publicização de redes de economia solidaria ou criativa, com apoio a projetos de organização de feiras circulantes, bolsas de incentivo ao produtor cultural, caravanas dos pontos de cultura para circulação de seus produtos.

b) Ofertas Regionais de cursos de capacitação em gestão, cursos de elaboração de projetos e cursos de capacitação sobre captação de recursos. Criação de bolsas— auxílios para participação em capacitações.

c) Que os Pontos de Cultura se transformem oficialmente em pontos de visitação turística, e que em atividades turísticas sejam priorizadas as manifestações culturais dos Pontos de Cultura.

d) Que os pontos de cultura se transformem em pontos do vale cultura e sem cobrança de imposto.

20.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS:

20.2.1. TEMATICA 01 – CULTURA VIVA E SISTEMAS ESTADUAL E NACIONAL DE CULTURA

a) O poder público deve garantir no PPA, nos 03 entes federativos, a destinação de um percentual de até 2,5 % para a cultura; Propor mecanismos via edital e premiação e formas de incentivo fiscal para a sustentabilidade dos Pontos de Cultura;

b) Garantir que todos os Pontos de Cultura sejam contemplados com o sistema GSAC – Ministério das Comunicações, priorizando os mais distantes da capital do Estado.

c) Garantir que cada ponto se torne um Ponto Focal de mapeamento e coleta de informações para o SNIIC.

20.2.2. TEMÁTICA 03 - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS

a) Criação e fortalecimento de uma Política de Intercâmbio cultural internacional para os pontos de cultura;

20.2.3. TEMÁTICA 4 - ECONOMIA VIVA: CULTURA E DESENVOLVIMENTO

a) Desarquivamento urgente do projeto de Lei nacional que regulariza a profissão do artesão 3.926/2004.

21. PARÁ

21.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Reivindicar do governo federal os telecentros e os cinemais cultura para os pontos de cultura do estado
b) Criação de uma home page da Comissão Paraense de Pontos de Cultura (aos moldes do portal da CNPdC) e apropriação de ferramenta de envio de SMS

21.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Apoiar a aprovação do PROCULTURA
b) Aprovação imediata da LEI CULTURA VIVA no Senado e imediata homologação pela Presidenta Dilma Roussef neste ano de 2014

22. PIAUÍ

22.1. DELIBERAÇÕES

a) Imediato pagamento pelo governo do Estado do Piauí da segunda parcela do convênio número 363/7 referente aos pontos da rede de pontos de cultura do Piauí.
b) Criação de um grupo de trabalhos compartilhado entre FUNDAC e rede de pontos do Piauí para encontrar soluções e sanar pendências de prestação de contas referentes aos convênios 846/05 e 363/07.
c) Apoio a aprovação imediata das leis: Lei da Cultura Viva, Lei Griô, PEC150 e PEC230.
d) Melhorar a presença do ministério da cultura no Estado do Piauí em relação a esclarecimentos e informações sobre a implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e os sistemas municipais de cultura.

23. SERGIPE

23.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Acompanhamento, capacitação técnica e assessoramento na prestação de contas, mediante a contratação de uma empresa especializada na área de gestão pública e terceiro setor.

23.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Reformulação das formas de financiamento visado a garantia de continuidade do trabalho dos Pontos de Cultura
b) Criar uma plataforma digital para prestação de contas utilizando os recursos garantidos pela aplicação do repasse do dinheiro federal para os pontos de cultura.

24. TOCANTINS

24.1. DELIBERAÇOES ESTADUAIS:

a) Efetivação do Sistema estadual de Cultura e seus mecanismos,
b) Criação da lei cultura viva do Tocantins.
c) Regularização e reativação da rede de pontos de cultura conveniados com o estado através da secretaria de Juventude.
d) Lançamento de novos editais para pontos de cultura e prêmios.
e) Criação da lei cultura viva do município de palmas – TO, já previsto no plano municipal de Cultura como meta para 2014.

24.2. DELIBERAÇÕE S NACIONAIS:

a) Aprovação e sanção da lei Cultura Viva
b) Agilidade nos processos de pagamentos de prêmios e repasses das parcelas dos convênios pendentes
c) Participação efetiva dos gestores estaduais do programa cultura viva no Tocantins nos eventos e encontros nacionais como fórum de gestores, teia nacional entre outros eventos pertinentes a fim de entender melhor o que é o programa Cultura Viva.
d) Fortalecimento das redes Estaduais e municipais
e) Lançamento de edital para implantação de novos Pontões de Cultura contemplando prioritariamente os estados que ainda não existem com pelo menos um pontão.

DELIBERAÇOES GTs TEMÁTICOS

COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

1. ACESSIBILIDADE CULTURAL

1.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS e NACIONAIS

a) Disponibilizar os sistemas de acesso aos mecanismos públicos de fomento em formato conforme o conceito de acesso universal à informação (entendendo que a LIBRAS não é uma modalidade comunicativa de acesso à Língua Portuguesa) e garantir a presença dos itens que contemplem os recursos e serviços de tecnologia assistiva nos editais de acesso aos mecanismos de fomento;

b) Promover, fortalecer e garantir a capacitação para a Plena Acessibilidade Cultural e Artística dos agentes culturais, movimentos sociais e entidades culturais públicas e privadas, atuantes na área de educação e cultura;

c) Garantir e promover a circulação e manutenção de artistas e coletivos com deficiência.

d) Criar e apoiar programas, projetos e ações de acessibilidade e produção cultural nas suas dimensões arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, tecnológica e atitudinal para o público, bem como para os agentes culturais, grupos coletivos, artistas com deficiência, mobilidade reduzida e transtorno mental, por meio de inclusão de diretrizes especificas, garantindo e promovendo a circulação e manutenção.

e) Garantir e fortalecer dentro dos editais do Cultura Viva rubricas específicas para acessibilidade cultural.

2. CIRCO

2.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS (TEMATICAS)

a) Equiparação de valores para fomentar/financiamento nos editais em comparação com outras linguagens das artes cênicas.

b) Inserção da categoria especifica para pontos de cultura ou instituições ligadas a rede cultura viva em todos os editais de cultura nacionais de temática circense.

2.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Criação de um edital nacional (âmbito: federal, estadual e municipal) para criação de um pontão de cultura especifico para circo com caráter de articulação, pesquisa, formação para fortalecimento do circo no pais.

b) Modificação dos critérios de inscrição em editais de pontos, pontos de cultura ou prêmios ligados ao cultura viva, para inserção de grupos nômades e /ou itinerantes (sem exigência de endereço fixo)

3. CULTURA E SAUDE

3.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS:

a) Mapear práticas de Cultura e Saúde nas Redes estaduais do Programa Cultura Viva, com o apoio dos dinamizadores e pessoas focais da Rede Saúde e Cultura.

b) Disponibilização de recursos para comunicação desse mapeamento.

3.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS:

a) Fortalecer ações na interface Cultura e Saúde no Programa Cultura Viva através de Editais e Prêmios.

b) Disponibilizar recursos para um (01) Encontro Anual de práticas de Cultura e Saúde e para uma (01) reunião semestral presencial do GT.

4. CULTURAS E ARTE NEGRA

4.1. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Referendar a criação do GT Culturas e Arte Negra

b) Seminário de formação continuada dos pontos de cultura de arte negra

5. GÊNERO

5.1. DELIBERAÇÕES ESPECÍFICAS

a) Criação de Pontos de Cultura, Pontões, Prêmios (tal como Interações Estéticas), com enfoque em gênero/mulher, através do Ministério da Cultura e da articulação com a Secretaria de Políticas para Mulheres, dos Direitos Humanos e de Políticas para a Igualdade Racial do Governo Federal, da FUNAI, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e outros;

b) Implementar Programa de Formação em gênero/mulher como uma ação estruturante do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura;

5.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Institucionalizar o Programa Cultura Viva por meio da promulgação da Lei Cultura Viva e da criação do Conselho Nacional Cultura Viva;

b) Fomentar o Programa Cultura Viva pela simplificação do processo de contratação e prestação de contas dos Pontos de Cultura e a ampliação do orçamento para o Programa Cultura viva através de recursos do próprio Ministério da Cultura, do Tesouro Nacional/PPA e de outras secretarias e ministérios que desenvolva ações congêneres;

6. PESQUISA

6.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Contribuir com o desenvolvimento metodológico na criação de um núcleo de observatório e memória na rede de pontos de cultura do Rio de Janeiro

b) Contribuir com a construção do Seminário de 10 anos do Cultura Viva (organizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, no RJ) garantindo a participação e apresentação de trabalhos de pontos de cultura

6.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Contribuir na construção, realização e divulgação dos resultados da avaliação da Teia 2014;

b) Criação de um edital de bolsa para produção de pesquisas sobre o Cultura Viva específico para Pontos de Cultura

7. ESCOLA VIVA

7.1. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Assumir o Mais Cultura na escola como pauta política do IV Fórum Nacional do Pontos de Cultura, através do Fórum Virtual Permanente Escola Viva.

b) Fortalecer o Programa Cultura Viva e seus princípios em todas as ações governamentais e da sociedade civil inclusive no "Mais Cultura nas Escolas"

c) Propor através de ação a ser proposta e planejada pelo Fórum Virtual Permanente Escola Viva maior vinculação e articulação entre as políticas públicas de educação e cultura, tanto através dos Ministérios quanto de seus Conselhos.

d) Criar o Observatório "Escola Viva" com a característica de realizar as seguintes pesquisas:

   i. Diagnósticos permanentes das ações, programas e projetos que relacionem Educação e Cultura.

   ii. Buscar nas Metas dos Planos Nacionais de Educação e de Cultura aquelas que possam contemplar a pauta "Escola Viva", e garantir vinculação entre elas.

   iii. Buscar nas Propostas aprovadas nas últimas Conferências Nacionais de Educação e de Cultura aquelas que possam contemplar a pauta "Escola Viva", e garantir vinculação entre elas.

e) Anistia para Pontos de Cultura com problemas na prestação de contas com documento enviado para as comunidades no qual o MinC assume os problemas de gestão governamental do Programa Cultura Viva, incluindo o cancelamento de editais.

f) Garantir nos futuros convênios do Governo Federal com Estados e Municípios o fomento à ação Escola Viva nas redes públicas de ensino.

g) Buscar parceria real e colaborativa com os professores antes de apresentar propostas prontas às escolas

h) Aprovação imediata da Lei Cultura Viva

i) Retomada dos Editais do Cultura Viva com lançamento de novos editais.

8. CULTURA DE PAZ

8.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Formação de multiplicadores para a implementação da educação para a paz com metodologias e técnicas da educação para a paz.
b) Inserir a Cultura da Paz na agenda dos Conselhos Municipais e Estaduais de modo a criar, fortalecer e ampliar estratégias de prevenção da violência e da discriminação de raça, gênero, LGBT, etc.

8.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Demandar dos Ministérios da Cultura e da Educação a parceria com os Pontos de Cultura e demais instituições que trabalham a Cultura de Paz para a produção e circulação de cartilhas, livros, CDs, DVDs, jogos e brinquedos que cultivam a Cultura de Paz, e garanta a distribuição como material didático aos Pontos de Cultura e às Unidades Escolares das redes públicas de ensino e a divulgação nos meios de comunicação de massa.
b) Fomentar as ações de Cultura de Paz através de edital de premiação em nível municipal, estadual e federal.

9. ECONOMIA SOLIDÁRIA

9.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Capacitar os pontos de cultura sobre o viés da Economia Solidária, como embriões de mercados alternativos visando novas formas de sustentabilidade.
b) Criar uma rede de comercialização de Economia Solidária objetivando atender a demanda dos pontos de cultura.

9.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Dar continuidade as ações dos pontos de cultura com políticas públicas voltada para a Economia Solidária nos Estados e Municípios usando o fomento, a sustentabilidade com a aprovação da Lei Cultura Viva e a PEC 150.
b) Criar uma rede de comercialização nacional dos pontos de cultura específica de Economia Solidária de forma organizada, objetivando o comércio interno, Latino-Americano e cadeias produtivas

10. AÇÃO GRIO

10.1. DELIBERAÇÃO NACIONAL E ESTADUAL

a) Criar mecanismos para que as comunidades criem uma rede de base que reconheça e apresente seus Griôs e Mestres de tradição oral vinculados a griôs aprendizes e a projetos educativos em parceria com pontos de cultura, associações, conselhos de cultura, secretarias de cultura e educação para transmissão oral de seus conhecimentos aos estudantes e a comunidade, com vivências de encantamento, brincantes, dançantes, cantantes, de práticas pedagógicas de transmissão oral, histórias, saberes e fazeres, construindo diálogos com as escolas. Para o fortalecimento da ancestralidade e cultura do povo brasileiro.

11. AMAZÔNICO

11.1. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Aprovação da Lei Cultura Viva até setembro de 2014. E, que a Lei Cultura Viva contemple as especificidades dos povos amazônicos, com fomento específico para os povos indígenas, comunidades tradicionais e povos de matrizes africanas. E, ainda a destinação de recursos no Fundo Iberoamericano de Cultura através de programa específico para a Amazônia.

b) PL Amazônia Cultural, com recursos próprios por meio da formação do Fundo Amazônia Cultural, levando em consideração:

   i. Representação Amazônica (sociedade civil, povos indígenas, comunidades tradicionais e povos de matrizes africanas) na discussão e elaboração do PL, e demais editais, prêmios e programas.

   ii. Adequar o Amazônia Cultural para atender as realidades amazônicas, especialmente quanto acesso e custos. De forma que contemple de modo amplo os povos indígenas e comunidades tradicionais e povos de matrizes africanas. Promover o acesso através de vários meios de comunicação, não restringir-se apenas a web.

   iii. E, com editais desburocratizados e prestação de contas simplificada.

11.2. DELIBERAÇÕES REGIONAIS

a) Regionalização das políticas culturais nacionais, com fomento específico para os povos indígenas, povos de matrizes africanas, comunidades tradicionais e populações rurais.

b) Fortalecimento da Rede e Comunicação dos Pontos de Cultura da Amazônia, com a implementação dos programas de governo como infocentros, telecentros, antenas GSAAC, e outros.

11.3. DELIBERAÇÕES APROVADAS:

a) Implementar e Atualizar o plano de trabalho discutido no GT Amazônico.

b) Articulação e maior frequência de ações realizadas pelo GT Amazônico, de acordo com as suas necessidades e com representação de todos os estados amazônicos.

c) Articulação e mobilização através da Rede dos Pontos de Cultura da Amazônia, de forma descentralizada a contemplar todos os estados para que todos atuem na formação do Plano de Trabalho.

d) Fortalecimento da Rede de Pontos de Cultura da Amazônia através de ampla mobilização para a aprovação da lei até setembro de 2014;

e) Efetivação, implementação e operacionalização do custo amazônico.

f) Aprovação da Lei Cultura Viva e Pró-Cultura

g) Mobilização para sensibilizar o país sobre o custo amazônico;

h) Aumento imediato do valor dos editais dos Pontos de Cultura.

i) Regionalização do Plano Nacional de Cultura.

j) Criação da Rede dos Pontos de Cultura da Amazônia.

k) Criação da Red3. e Pan Amazônica dos Pontos de Cultura

l) Articulação política juntos aos governos locais.
m) Facilitadores regionais para a mobilização e articulação dos Pontos de Cultura da Amazônia.
n) Fomento a formação dos ponteiros e colaboradores de pontos de cultura que permanecem em seus locais de origem, não podendo deslocar-se até os eventos nacionais e regionais;
o) Estruturação da proposta do custo amazônico de modo que imediatamente o Ministério da Cultura passe a praticar os valores previstos, uma vez que o custo obteve ampla aprovação na II Conferência Nacional da Cultura e ratificado na III CNC;
p) Efetivação da Lei Cultura Viva e eficaz comunicação para socializar os processos com as bases da região Amazônica.
q) Elaboração de Projetos para articular toda a Rede de Pontos de Cultura da Amazônia
r) Representação setorizada das expressões culturais por grupos de trabalho, que virão a compor o GT Amazônico, para facilitar a aproximação e articulação da rede.
s) Mobilização para assegurar junto ao parlamento amazônico a criação e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento da Rede de Pontos de Cultura da Amazônia.
t) Representação de todos os estados amazônicos no GT Amazônico a partir do formato de colegiado.
u) Elaboração de projetos para a realização de atividades entre os pontos afins com o objetivo de fortalecer a Rede de Pontos de Cultura da Amazônia.
v) Efetivar o repasse da segunda parcela dos Pontos de Cultura da Amazônia.
w) Implementação dos programas de acesso e comunicação do governo, como os infocentros, telecentros, e instalação de antenas GSAAC para os Pontos de Cultura da Amazônia, com a finalidade de atender as demandas reprimidas que estão off-line.
x) Elaboração de Plano de Comunicação específico para atender a Rede de Pontos de Cultura da Amazônia.
y) Permitir a alteração dos Planos de Trabalho dos Pontos de Cultura durante a realização dos projetos, de modo que não haja prejuízos para o repasse de recursos.
z) Desburocratização da prestação de contas;
aa) Adequações do Marco Regulatório para o Terceiro Setor para a realidade amazônica e da Rede de Pontos.

12. AUDIOVISUAL

12.1. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Criação de um festival/mostra nacional de audiovisual, para visibilizarão das produções dos pontos de cultura.
b) Interlocução permanente e transversal com a SAV - Secretaria do Audiovisual – MinC.
    i. Reunião com o representante da SAV no GT Teia durante a Teia da Diversidade para apresentação de uma pauta de sugestões de reivindicações.

12.2. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Ação política de cidadania digital, junto a todos os pontos de cultura no Brasil para a discussão e estimulo do uso de software livre.
   i. Ação política concreta entre os pontos que lidam com audiovisual para a utilização de software livre, edição de imagens e de som, viabilizando sua utilização técnica, ideológica compartilhando ações existentes e experiências já existentes nas redes e ou, ferramentas de comunicação. Para fortalecer essa ação, que ocorram oficinas entre os pontos, de forma que os seus conhecimentos possam ser disponibilizados e partilhados.

b) Manutenção e ampliação das listas de discussão via e-mail e Facebook
   i. Criação de subpáginas da comissão de festivais, comissão de cultura digital, comissão de articulação com as Tvs públicas, educativas e abertas.

12.3. PROPOSTAS:

a) Criação de segundo GT para festivais
b) Pauta de discussão com a reunião da SAV (Secretaria de audiovisual do MINC).
c) Continuação de editais de incentivos e formação.
d) Democratização dos editais de incentivos.
e) TV Geraes – abrir um espaço na TV Geraes, TV aberta, retransmissora da Rede Minas/TV Cultura, para veiculação de produtos audiovisuais dos Pontos de Cultura. (Contato: Ellen Parrela – TV Geraes: (38) 32219498 – Rua São Sebastião, 111 – Bairro Todos os Santos – Montes Claros/MG.

13. CULTURA DIGITAL

13.1. DELIBERAÇÕES

a) Desenvolvimento de Software Livre e Aberto como princípio e defesa da Comunicação como um direito Humano com o fim de democratizar os meios de comunicação fortalecendo o Projeto de Lei de iniciativa Popular - PLIP;
b) Fortalecimento das plataformas digitais fomentadas pelo programa Cultura Viva através do desenvolvimento, formação e comunicação, além da priorização de integração entre as plataformas via eco protocolos. Iniciativas a serem fomentadas por meio do lançamento de editais de Cultura Digital e da Rede de Laboratórios de CD;\
c) Fomento a uma política de formação em software livre distribuída e continuada;
d) Criação de consultas públicas para editais e ações do Programa Cultura Viva;
e) Que produtos e conteúdos multimídia financiados pelo Ministério da Cultura sejam disponibilizados em repositórios livres e divulgados em mídias sociais livres como contrapartida do fomento;
f) Fomento para uma política de Servidores Livre e acesso a rede da RNP para projetos do programa Cultura Viva;
g) Fortalecimento de arranjos produtivos locais em software Livre para dar apoio a rede de Pontos de Cultura;

h) Pela criação de políticas de desburocratização da distribuição de doações de equipamentos eletrônicos apreendidos pelas receitas estaduais e federal.
i) Mapeamento de saberes entre os pontos de cultura digitais para troca de serviços;
j) Pela retomada do Plano Nacional de Banda Larga com o fortalecimento da Telebrás, o desenvolvimento de redes livre e provedores comunitários.
k) Pela reserva de espectro livre em todas as faixas de frequência para a definição do modelo de Rádio Digital.

14. CULTURA POPULAR

14.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS:

a) Equiparação dos cachês pagos a grupos e artistas de cultura popular em relação aos cachês de outros artistas nacionais e locais, devido à necessidade de valorização das manifestações de cultura popular regionais.
b) Estreitamento na relação entre os órgãos públicos estaduais e municipais com os Pontos de Cultura e gestores de cultura popular, promovendo a capacitação destes - principalmente quanto à prestação de contas; criação de fundos e conselhos de políticas culturais; solicitar a essas secretarias que intervenham junto aos bancos para a isenção de taxas bancárias para os convênios.

14.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS:

a) Aprovação urgente das Leis Cultura Viva e dos Mestres e Griôs, tendo esta última benefício para os mestres de Cultura Popular.
b) Integração entre o Ministério da Cultura e os outros ministérios, a fim de promover o atrelamento entre o Programa Cultura Viva e as ações dos demais ministérios, fortalecendo o Programa como efetiva política pública de Cultura.

15. DANÇA

15.1. DELIBERAÇÕES

a) Aprovar a lei cultura viva.
b) Reajustar do valor das parcelas dos repasses aos pontos d cultura em caso de atraso de acordo com o valor de mercado d a planilha.
c) Criar editais que possibilitem a compra e/ou a construção de cedes e pontos de cultura.
d) Garantir a cota no mínimo de 30/100 dos editais e prêmios já existentes a nível federal, estadual,distrital e municipal para contemplar projetos sociais de dança e/ou danças folclóricas tradicionais dos pontos de cultura.
e) Criar editais e prêmios para o desenvolvimento de projetos sociais de dança e/ou danças folclóricas tradicionais dos pontos de cultura.
f) Comissões de editais de seleção pública projetos de cunho social sem exigências burocráticos.

g) difusão nacional e internacional, intercâmbio cultural.
h) criação de plataforma virtual para socialização de materiais voltados para comunicação.
i) portifolio e exigência curricular para o profissional de danca.
j) discussao sobre o papel e função do profissional de dança.
k) formação de dança/arte, e experiência vivenciada folclórica da danca.
l) festivais do folclore como fins de manutenção de uma cultura
m) discussão sobre o projeto mais cultura na escola
n) obrigatoriedade do ensino da dança na escola

16. CAPOEIRA

16.1. DELIBERAÇÕES

a) Edital específico pra capoeira sem a exclusão da capoeira nas culturas populares e de outros editais afins;
b) Editais de culturas populares em que a capoeira esteja inserida sem que haja a sua segmentação;
c) Edital que contemple a PESSOA FÍSICA (mestre);
d) Profissionalização do mestre de capoeira no Brasil;
e) A inclusão das capoeiras nas escolas conforme a lei 10.639;
f) Mapear as ações da capoeira nas escolas públicas e usar disso para propor ações;
g) Verba exclusiva para o programa da capoeira dentro das escolas;
h) Garantir a formação dos mestres e capoeristas para elaboração de projetos/editais em articulação com os GT's temáticos;
i) Garantia da continuidade dos pontos de cultura através de uma chancela com o certificado do Ministério da Cultura;
j) Exigir a implementação IMEDIATA da proposta consolidada e aprovada (META 17 e proposta 3.39);
k) Apoio do governo e criação de fomento para a consolidação dos fóruns regionais e nacionais de capoeira para discussão dos pontos de cultura que atuem com capoeira;
l) Edital específico pra capoeira sem a exclusão da capoeira nas culturas populares e de outros editais afins;
m) Editais de culturas populares em que a capoeira esteja inserida sem que haja a sua segmentação;
n) Edital que contemple a PESSOA FÍSICA (mestre);
o) Garantir a formação dos mestres e capoeristas para elaboração de projetos/editais em articulação com os GT's temáticos;
p) Fomento do Estado para intercâmbio de cultura entre as capoeiras do Brasil.

17. HIP HOP

17.1. DELIBERAÇÕES

a) Incentivo através de financiamento para subsidiar as ações em rede dos pontos de cultura do Hip Hop, afim de efetivar:
   i. Cultura de Paz;
   ii. Paridade de gênero;
   iii. Pelo fim do extermínio da juventude negra;
   iv. Pelo fim dos altos de resistências;
   v. Pelo fim da violência contra a mulher e contra homofobia;
   vi. Para efetivação da Lei 10.639;
   vii. Pela desmilitarização da polícia militar;
   viii. Para a ultilização e ressignificação de espaços públicos;
   ix. Para o Hip Hop como tema transversal da rede de ensino.
b) Desburocratização dos editais para ponto de cultura com especificidade da cultura Hip Hop através de premios.
c) Aprovação e regulamentação imediada da Lei Cultura Viva, nas três esferas Municipal, Estadual e Federal.
d) Desburocratização dos editais para ponto de cultura com especificidade da cultura Hip Hop através de premios.

18. INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA

18.1. DELIBERAÇÕES:

a) Garantir a presença e a participação de delegações brasileiras nos encontros latino-americanos e de representações latino-americanas nos encontros brasileiros.
b) Garantir que o tema da integração latino-americana esteja presente na formulação da lei e das estratégias do Programa Cultura Viva, com ações de intercâmbio, mobilidade e editais específicos.
c) Mapeamento dos acordos, protocolos e deliberações de governos e organismos internacionais em temas de cooperação, difusão e intercâmbio cultural em âmbito latino-americano.
d) Articulação dos pontos de cultura que atuam em regiões de fronteira, bem como de pesquisadores e iniciativas que atuem com integração e mapeamento de experiências culturais na América Latina.

19. LGBT/SEXUALIDADES

19.1. DELIBERAÇÕES ESPECÍFICAS

a) criação e animação de grupo/rede de membros do GT SEXUALIDADES utilizando plataformas de redes sociais como: Facebook ,bem como a utilização de ferramentas especificas desenvolvidas para a rede Cultura Viva.

b) ações de incidência política em fóruns, comitês e conselhos, bem como outras formas de organizações sociais a fim de ampliar a discussão acerca da temática da cultura LGBT bem como apresentar as ações do GT SEXUALIDADE da CNPdC

19.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) articulação e realização de um fórum cultura viva LGBT aproximando iniciativas como articuladores da rede, pontos e pontões de cultura e todas as ações envolvidas no programa, junto a movimentos artísticos e movimentos sociais que articulem em seu fazer, questões de direitos sexuais, direitos reprodutivos e direitos humanos, a ser realizado de forma bienal (a ser realizado em 2015) , promovendo a articulação prévia de GTS estaduais dentro da temática.

b) retomada e continuidade de ações de fortalecimento e incentivo à criação, produção e divulgação de produções ligadas à cultura LGBT e temas interligados, através de prêmios e editais específicos e como tema prioritário em outras formas de incentivo e de acesso a recursos

19.3. PROPOSTA ESPECÍFICA:

a) Alteração de nome de nome do GT e ementa:
   i. GT SEXUALIDADES
      1. O GT SEXUALIDADES visa afirmar e promover os Direitos Humanos e Direitos Sexuais de sujeitos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), através da promoção das manifestações artísticas e culturais associadas e representativas a esta população, a fim de erradicar processos de violências marcadas pela homofobia, lesbofobia, transfobia, machismo e sexismo.

20. LIVRO LEITURA E LITERATURA

20.1. DELIBERAÇÕES

a) Realizar um mapeamento dos pontos de cultura que têm a identidade de literatura.
b) Deve haver sempre a comunicação com todo o Grupo de Trabalho.
c) Primeiro compromisso: o representante deve amarrar todo o grupo presente.
d) Criar a plataforma própria do GT Livro, Leitura e Literatura que será um grupo fechado no Facebook pelo representante.
e) Criação de um texto memorial do GT Livro, Leitura e Literatura.
f) Abertura de editais, anualmente, para criação de novos Pontos de Cultura do GT Livro, Leitura e Literatura.
g) Realização de encontros regionais e nacional dos Pontos de Cultura do GT Livro, Leitura e Literatura.
h) Abertura de um edital para realização de intercâmbio entre os Pontos de Cultura do GT Livro, Leitura e Literatura.
i) Ampliação e regularização de editais de Pontos de Leitura.

j) Considerando a amplitude e riqueza da área do Livro, Leitura e Literatura, propomos a criação de editais que fomente as trocas culturais entre os Pontos de Cultura da temática reunindo também os Pontos de Leitura em todas suas modalidades.
k) Lei Cultura Viva.

21. MEMORIA E MUSEOLOGIA SOCIAL

21.1. DELIBERAÇÕES TEMÁTICAS:

a) Identificação e articulação das iniciativas que trabalham com memória e museologia social no Brasil, por meio de blogs, redes sociais, redes e fóruns estaduais.
b) Aproximação das redes de memória e museologia social com as redes dos pontos de cultura.

21.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS:

a) Que as decisões aprovadas no Plano Nacional Setorial de Museus e no Plano Nacional de Cultura sejam cumpridas no que dizem respeito à memória e museologia social, especialmente pelo Instituto Brasileiro de Museus, Ministério da Cultura e instâncias públicas de cultura nos Estados, Distrito Federal e Municípios.
b) Que os projetos de lei Cultura Viva estaduais, distrital e municipais, bem como seus processos de regulamentação, contemplem o saber-fazer das iniciativas de memória e museologia social, garantindo seu reconhecimento, fortalecimento e assegurando a memória enquanto um direito democrático de cidadania.

22. PATRIMÔNIO IMATERIAL, CULTURAS TRADICIONAIS E INDÍGENAS

22.1. DELIBERAÇÕES

a) Aprovação da lei cultura viva no congresso nacional para as políticas culturais sejam reconhecidas como políticas permanentes de estado com a participação e protagonismo dos produtores de cultura no Brasil e apoio do poder público às políticas culturais no nível federal, estadual e municipal.
b) Aprovação de um novo marco regulatório para as organizações da sociedade civil propondo novas formas de relação entre estado e sociedade.
c) Aprovação da PEC 150 para estabelecer percentuais mínimos para a contribuição da união, estados e municípios para as políticas de cultura no brasil.
d) Abertura de novos editais em formato de premiação de iniciativas culturais existentes que tenham reconhecimento da sua atuação na área de cultura em diferentes categorias: (povos indígenas, povos tradicionais, caipira, povos de terreiro, povos de matriz africana, quilombolas, ciganos, pescadores artesanais e outros).
e) Criar, no âmbito do ministério da cultural e do IPHAN, iniciativas de apoio à criação de novos pontos de cultura e de continuidade e manutenção dos pontos de cultura existentes.

f) Retomada dos pontões de cultura de bens materiais registrados e articulações, bem como dos pontos e pontinhos de cultura.
g) Criar, no âmbito do IBRAM iniciativas de apoio à criação de pontos de memória para povos indígenas;
h) Viabilizar junto ao ministério da cultura e ao ministério da comunicação a instalação da antena GSAC em comunidades e municípios sem acesso à internet;
i) Realizar, no mínimo, um encontro nacional anual do GT de Patrimônio Imaterial, culturas tradicionais e indígenas financiado pelo ministério da cultura;
j) Realizar, no mínimo, um encontro nacional anual do IPHAN com o GT de patrimônio Imaterial, Culturas Tradicionais e Indígenas.
k) Aprovação da lei cultura viva para as políticas culturais em nível estadual como políticas permanentes e ampliação do orçamento estadual para as políticas de cultura
l) Desburocratização e simplificação dos sistemas de acesso, conveniamento, cadastramento e prestação de contas com formação de capacidade em gestão de projetos para os pontos de cultura.
m) Anistia para os pontos de cultura

23. PATRIMONIO MATERIAL

23.1. DELIBERAÇÕES

a) Fortalecimento da participação social aos bens materiais tombados ou registrados, incluindo o fomento e difusão da educação patrimonial em todas as instâncias (Federal, Estadual e municipal).
b) Os editais e prêmios do MinC e das secretarias estaduais e municipais e suas respectivas autarquias precisam ampliar as verbas específicas para patrimônio material, tombados ou não, garantindo, dentre outras questões, o mapeamento dos bens materiais.
c) Preservação amparada por lei, garantindo a mudança da fiação elétrica aérea para subterrânea dos centros históricos..Exemplo: código de postura de Petrópolis-RJ
d) O IPHAN também realizar ações de patrimônio material ferroviário que vem sofrendo ações da especulação imobiliária.
e) Que os Pontos de Cultura de patrimônio material tenham acesso aos cursos , formações, editais e premiações referentes a difusão local da educação patrimonial.
f) Capacitação de todos os Pontos de Cultura sobre execução de projetos sobre lei Rouanet, SICONV, Lei do ICMS..
g) O Marco regulatório das organizações da sociedade civil precisa ser acompanhada de perto pela comissão federal dos pontos de cultura.
h) Os editais e prêmios do MinC e das secretarias estaduais e municipais e suas respectivas autarquias precisam ampliar as verbas específicas para patrimônio material, tombados ou não.
i) Garantir, dentre outras questões, o mapeamento dos bens materiais.

j) O Marco regulatório das organizações da sociedade civil precisa ser acompanhado de perto pela comissão federal dos Pontos de Cultura

23.2. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO TEXTO DE APRESENTAÇÃO DO GT DE PATRIMÔNIO MATERIAL

a) Este GT busca desenvolver e implementar mecanismos e instrumentos de gestão voltados para a preservação de bens culturais, a acessibilidade a esses bens, o desenvolvimento tecnológico na área de patrimônio e promover a corresponsabilidade em preservação garantindo a participação social dos Pontos de Cultura na administração/gestão dos bens sob responsabilidade do Estado. Promover a geração de conhecimento, a sistematização de informações e sua difusão, fortalecer a ação fiscalizadora e promover ações integradas voltadas para o desenvolvimento social, econômico e cultural.

24. PONTOS DE CULTURAS RURAIS

24.1. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Articulação interministerial entre o MinC e:
    a. Ministério da Educação para vinculação do Programa Mais Cultura aos Pontos de Cultura Rurais;
    b. Ministério da Comunicação para garantir acesso digital de qualidade em todos os Pontos de Cutlura Rural, a exemplo das antenas GSAC;
    c. Ministério do Turismo, para garantir o direito de atuar na área de eco-turismo de base comunitária aos Pontos de Cultura Rurais;
b) Garantia de continuidade dos convênios nas áreas rurais;
c) Criação e manutenção de equipamentos culturais em áreas rurais, a exemplo “Minha Sede, Minha Vida”;
d) Garantia de mobilidade no campo através de editais para aquisição e manutenção de meios de transportes.

25. GESTAO E LEGISLACAO

25.1. DELIBERAÇÕES

a) aprovação da lei Cultura Viva – Tirar dia Nacional Cultura Viva (não convênios – contrato e\ou parceria), legislação única toda federação
b) banco de dados das experiências dos problemas jurídicos resolvidos no site da CNPdC
c) Nossa Sede! Nossa Vida!
d) Revisão Imposto – Isenção taxas bancarias , juros de multas, gastos luz e outros, prêmios e outros
e) Anistia Dividas dos Pontos a partir de analise de cada caso comissão Minc\CNPdC(mutirão para fazer esse levantamento)
f) Minc assumir suas responsabilidades nos erros dos editais q prejudicaram os pontos

g) Seminário para sistematizar, debater e criar critérios qualitativos p projetos culturais\impacto cultural para que o Minc\Estado seja qualificado pelos Pontos de Cultura
h) concurso publico para ampliar e qualificar o quadro do MinC.

26. MATRIZ AFRICANA

26.1. DELIBERAÇÕES NACIONAIS:

a) Implementar um programa natureza viva para acesso dos povos de comunidades de matriz africana para manutenção dos saberes e fazeres sagrados e culturais;
b) Garantir edital para construção de 10 pontões de cultura, dois por cada região;
c) Garantir 20% das metas do plano dos pontos de cultura para os povos tradicionais de matriz africana;

26.2. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Criação e representatividade do GT de Matriz Africana nos fóruns municipais e estaduais dos pontos de cultura;
b) Política de fomento para qualificação e formação intergeracional entre os mestres e a juventude.

27. JUVENTUDE

27.1. DELIBERAÇÕES TEMÁTICAS

a) Articulaçao do GT de Juventude da CNPdC com as demais redes de Juventude da Brasil e America Latina
b) Articulação do GT de juventude com as redes de pontos estaduais para entendimento das realidades locais e construção de ações com a tematica de juventude.

27.2. DELIBERAÇÕES GERAIS

a) Defesa e apoio a arcabolços legais como a Lei Cultura Viva para trasformar o PCV em politicas de Estado pensando na defesa de politicas publicas de cultura e juventude.
b) Que a CNPdC encampe a defesa na luta pela democratização dos meios de comunicação.

28. MÚSICA

28.1. DELIBERAÇÕES

a) Criação de projetos específicos para a capacitação e formação de professores de música (assim como ampliar o oferecimento de cursos de graduação em música nas universidades pública) e mestres da cultura popular (autodidata) que trabalhem com música.
b) Garantir a participação efetiva dos pontos de cultura na implantação do ensino de musica nas escolas, lei 11769 (11/06/2008) e nos céus.

29. PONTOES E ARTICULAÇÃO DE REDES

29.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS:

a) Garantir no mínimo um Pontão de gestão e articulação por estado.
b) Garantir, por estado, Pontões temáticos, sendo no mínimo um por ação estruturante do Programa Cultura Viva, a exemplo da Ação Griô, Escola Viva, Cultura Digital e Agente Cultura Viva.

29.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS:

a) Que todos os Pontões de Cultura, sejam temáticos ou de articulação e gestão (territoriais), deverão ser conveniados diretamente com Ministério da Cultural.
b) Todos os Pontos de Cultura deverão destinar 10% do orçamento recursos para bolsas de formação para custear a participação dos ponteiros em curso, na modalidade (distância e presencial), dividido em módulos que trabalhem o contexto do Programa Cultura Viva, execução físico-financeira e suas legislações cabíveis.
c) Padronizar o percentual de contrapartida visando garantir a participação igualitária de todas as redes, considerando também os índices de IDH e os critérios de democratização e descentralização das ações do MinC, do Programa cultura Viva e das ações transversais.

30. RADIO COMUNITARIA/COMUNICAÇAO COMUNITARIA

30.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Curso público técnico profissionalizante de radialista comunicador comunitário;
b) Criação de uma frente parlamentar estadual para defesa das rádios comunitárias.
c) Deliberações nacionais
d) Fim da cobrança do ECAD as emissoras de rádio comunitária;
e) Financiamento público para manutenção e fomento das rádios;

30.2. PROPOSIÇÕES DO GT

a) Garantia plena para os pontos de cultura no conceito da difusão da programação;
b) Mudança do nome do GT de radio comunitária para comunicação comunitária; proposta avaliada e aprovada
c) Criação de uma comissão interministerial para fortalecer a relação dos pontos de cultura com as rádios comunitárias; (MEC, MINC, MS, MC)
d) Na próxima teia cultural trazer a rádio comunitária para evento;

31. CULTURAS INDIGENAS

31.1. DELIBERAÇÕES

a) Garantir o acesso a internet através da instalação de antenas GESAC com acompanhamento e qualificação para manutenção dos equipamentos. Garantir que a instalação ocorra no máximo em dois anos.
b) Garantir a presença de representantes indígenas nas instâncias de decisão de alocação de recursos para projetos culturais, sobre tudo na comissão nacional de incentivo a cultura/CNIC.
    i. Solicitamos que o Ministério da Cultura inicie o processo de Decreto da presidente Dilma Rousseff, de publicação no "Diário Oficial", de quitação de prestação de contas de todos os Pontos de Cultura Indígenas do Brasil que comprovarem o cumprimento do objeto.
    ii. Realizar editais de prêmios voltados para os pontos de cultura indígena sem burocracia que contemple comunidades indígenas de todos os estado brasileiros.
c) Garantir que o plano de trabalho do MINC (SCDC, principalmente) esteja pautado pelas decisões das instâncias de participação indígena (colegiado setorial, conselho, GT dos povos indígenas da rede nacional dos pontos de cultura).
    i. Garantir o acompanhamento dos projetos de pontos de cultura indígena por equipes do MINC e dos representantes do colegiado indígena e do GT dos ovos indígenas dos pontos de cultura.
    ii. Estabelecer uma parcela formal entre o MINC e o MEC para garantir a inclusão dos produtos dos povo indígenas (por exemplo: audiovisual, livros, cd's e etc) como material paradidático nos territórios étnico-educacionais.
    iii. Fortalecer a proposta de criação de uma universidade indígena.
    iv. Criar editais específicos com recursos orçamentários garantidos para povos indígenas nos diversos órgãos setoriais do MINC.
d) Garantir o protagonismo indígena em todas as etapas de constituição e desenvolvimento das ações dos pontos de cultura indígenas.

31.2. PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

a) desburocratização
b) qualificar gestão
c) troca de experiências dos pontos de cultura
d) criar um festival específico cinema indígena
e) pensar na questão da comercialização das produções.
f) criar um edital especifico especializado em indígena.
g) carta cobrando a voltar a ter o espaço na TV aberta de programação indígena.
h) o projeto para o índio tem que ser de linguagem acessível
i) manter a tradição Milenar independente de dinheiro.
j) Ter boa liderança nas bases, ser fiel a cultura indígena.
k) ser pesquisado pela própria cultura.
l) Política de educação diferençada a partir do diálogo com as pessoas mais velhas da tribo.

m) Garantir o fórum de pontos de cultura indígena
n) Reforçar a necessidade de uma universidade específica
o) Fazer valer a lei 12.965, que obriga as escolas a ensinar a cultura indígena.
p) Garantia de direitos de imagens.
q) Mais acesso à tecnologia para divulgação.
r) Maior compreensão do ministério da cultura para com os índios.
s) Ampliar o numero de pessoas na FUNAI com capacitação para lidar com as comunidades indígenas.

32. SUSTENTABILIDADE

32.1. DELIBERAÇÕES ESTADUAIS

a) Criação de plataforma digital par divulgação e comercialização de produtos e serviços gerados pelos Pontos de Cultura;
b) Editais direcionados para Pontos de Cultura.

32.2. DELIBERAÇÕES NACIONAIS

a) Reconhecimento pelo Ministério do Turismo dos Pontos de Cultura como empreendimento e destino turístico de base comunitária;
b) Criação do Fundo Nacional, Estadual e Municipal para os Pontos de Cultura.

II Encontro nacional de acessibilidade cultural
IV Seminário nacional de acessibilidade em ambientes culturais
21 de maio de 2014

Relatoria Manhã

Relatores: Thácito Regies, Layziane Dantas, Dayanne Fernandes
Participantes: Antônio José Ferreira;
Américo Córdula;
Patricia Dorneles.

Abordagem sobre:

- Criação do grupo de trabalho de acessibilidade.
- Todos os convênios da cultura viva têm que dar 1% para a acessibilidade.
- Momento de reivindicar, questão da acessibilidade no conselho nacional, pensar como a questão se coloca nos colegiados.
- A importância da oportunidade do encontro com a sociedade civil engajada e militante.
- A participação do processo de revisão da meta para que possa de fato alçar um horizonte com orçamento, mais detalhamento, com relação a efetivado da meta até 2015.
- 53 metas e tem uma meta específica que fala de acessibilidade
- **META 29 do Plano Nacional de Cultura** – Estabelece direcionamentos claros para a acessibilidade no universo da cultura e, requerem também a incorporação da acessibilidade.
- Importante dar apoio não somente à produção cultural acessível, mas também àquela produzida por pessoas com deficiência.
- 19 planos setoriais que atuam nas especificidades de cada linguagem cultural
- Criação de políticas para os diversos pólos culturais como teatro, música, dança, culturas populares indígenas, povos e comunidade terreiro, moda, design, etc.
- Aprovação do acordo do tratado de “Marrakeshe.”
- Qualificação dos professores dentro das graduações.
- Fomentar o engajamento político nas ações de produção relacionadas à acessibilidade cultural.

- Visão da secretaria Nacional que aborda conceitos como transversalidade, juridicidade desenho Universal dentro das políticas de produção.
- Acessibilidade, quebra de barreira para a igualdade de oportunidades.
- Deficiência resulta da confrontação de impedimentos e barreiras.
- Não basta criar marcos legais para viabilizar a inclusão e sim garantir a participação de toda a sociedade para que a Lei seja testada e cumprida.
- Acessibilidade não deve ser vista somente como algo que compete às pessoas com deficiência, pois beneficia a sociedade como um todo.
- Acessibilidade é a oferta de recursos e políticas que propiciem verdadeira equiparação de oportunidades entre pessoas com e sem deficiência.

II Encontro nacional de acessibilidade cultural
IV Seminário nacional de acessibilidade em ambientes culturais
21 de maio de 2014

Relatoria Tarde

Relatores: Thácito Regies, Layziane Dantas, Dayanne Fernandes
Participantes: Elisa Machado;
Márcia Rollemberg;
Daniel Castro.

Abordagem sobre:

- Contextualização do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e dos Sistemas Estaduais e Sistemas Municipais de Bibliotecas Públicas.
- Garantir as bibliotecas enquanto direito de todo cidadão, as quais devem prestar um serviço, que é publico, de qualidade. Devem ser entendida como espaços de sentido, construção de identidade, interação social, formação cultural, educativo, de memória, responsáveis pela organização e disseminação de informação, contribuidoras para formação, criação e produção, aprovação e convívio.
- Principais diretrizes do SNBP:
  Trabalho com base no Plano Nacional de Cultura (PNC).
  Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL). Projeto de lei para ser validado e transformado em uma política de estado.
  A importância das bibliotecas públicas como serviço público tão importante quanto os demais, sendo um espaço de apropriação e de convívio que atenda a públicos diversos.
- A biblioteca é o equipamento cultural mais freqüente nos municípios.
- Projetos em andamento: "**Bibliotecas em rede"** que trabalha a questão das tecnologias.
- Edital de acessibilidade em bibliotecas públicas, lançado em 2013.
- Convênio entre FBN e a Mais diferenças – OSCIP em 2014.
- Bibliotecas beneficiadas com os editais serão contempladas sendo equipadas com formação de funcionários e acervo acessível, etc.
- 10 bibliotecas referências em acessibilidade.

- Público alvo: usuários reais e potenciais, Pessoas com diferentes deficiências, Pessoas com diferentes graus de letramento etc.
- É dever do estado, compreender e oferecer a população soluções que contemplem a diversidade cultural assim como as diferentes deficiências da população.

- Em 2011 foi criado um edital especifico chamado Prêmio arte e cultura inclusiva.
- Ações específicas: Especialização em acessibilidade cultural.
- Lei Rouanet, ação com maior recurso financeiro (lei de incentivo fiscal).
- Programa Cultura Viva composto por ONGs que trabalham com projetos culturais, através de um convênio realizado pelo Minc, sendo que 1% do valor do convênio para ações de acessibilidade.

Sugestões da Plenária:

- Pouca adesão dos usuários da biblioteca, já há alguma proposta de mapeamento para entender o porquê dessa baixa inclusão?
- Sugestão para reedição do material Nada sobre Nós sem Nós, contendo ações e diretrizes para a proposta de políticas culturais acessíveis e inclusivas, com atualizações legais. Além disso, ampliar as ações de divulgação.
- Inserção da pauta da acessibilidade na elaboração dos Planos Municipais e Estaduais de Cultura, de forma transversal, através das assessorias e capacitações do MINC.

II Encontro nacional de acessibilidade cultural
IV Seminário nacional de acessibilidade em ambientes culturais
22 de maio de 2014

Relatoria Tarde

Relatores: Thácito Regies, Layziane Dantas, Dayanne Fernandes
Participantes: Raimundo Nonato;
Renato Di Renzo;
Carla Mauch;
Anderson Leão;
Dilma Negreiros;
Klistenes Braga;
Cláudia Werneck.

- Perceber que não há diferenças entre uma política cultural e uma política de promoção de Direitos Humanos.
- Importância do Conselho Nacional de Direito da Pessoa com Deficiência com objetivo de incluir as pessoas com deficiência nas políticas públicas.
- Segundo o Censo 2010 são cerca de 46 milhões de pessoas com deficiência.
- Por meio das políticas públicas que as barreiras podem ser quebradas.
- Plano Viver Sem Limites, que inicialmente tem quatro grandes eixos de Políticas Públicas: questão do acesso a educação, questão da inclusão social, acessibilidade e atenção a saúde.
- Re-planejamento o Plano Viver Sem Limite I e criação do Viver Sem Limite II com a inclusão da pauta da cultura.
- Captar recursos de outras políticas para romper barreiras arquitetônicas, questões de bairros e prestações de serviços e barreiras atitudinais.
- Por meio dos conselhos que podem quebrar muitas barreiras em relação aos controles externos e internos da questão da CGU.
- Atenção a leitura da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, do ART 30 que trata da questão da cultura.

- Contextualização do processo histórico da Educação Inclusiva.
- Interação social que parte da valorização das diferenças ao invés de negar, segregar ou limitá-las.

- Viabilizar a expressão artístico-cultural dos deficientes como exposto no relato sobre o projeto “Tam tam”.
- Diálogo com o governo e o poder público.
- Pensar nas políticas culturais e no acesso e a democratização do acesso as produções.
- Necessidade de inserção da juventude na militância das políticas culturais acessíveis.
- Indicadores e monitoria das políticas de acessibilidade.
- Garantir a acessibilidade da cultura e experiência estética para todos.
- A deficiência não precisa ser incluída e sim a sociedade é quem precisa aprender a conviver e se incluir em meio às diferenças.
- Burocracia em torno dos programas de fomento as ações de inclusão e acessibilidade, tal como no uso das verbas destinadas a estas ações.
- Disponibilizar os sistemas de acesso aos mecanismos públicos de fomento em formato conforme o conceito de acesso universal à informação.
- A capacitação para a plena acessibilidade cultural e artística dos agentes culturais, movimentos sociais e artistas com deficiência.
- Aprovação da lei para a criação do dia do Teatro Acessível.
- Audiodescrição, importância no cuidado e domínio do conteúdo a ser explorado na tradução e dos elementos que são apresentados na obra.
- Promoção dos direitos de acesso e direito de expressão e alteração da realidade brasileira, a partir da acessibilidade.
- Pesquisa em legendagens para surdos e ensurdecidos e a formação de legendistas.
- Utilização de softwares em locais nos quais não seja possível ou viável a utilização de Libras ou áudio-descrição de maneira dinâmica.
- Criação de uma estrutura na qual seja possível submeter textos ou materiais audiovisuais e disponibilizá-los para a utilização dos mesmos nos softwares de tradução tanto em libras quanto em áudio-descrição, em ambientes com uma grande dinâmica de informações.
- Acessibilização da experiência cinematográfica através da coletividade, utilizando princípios do desenho universal, normas e recomendações da acessibilidade e do cinema.

DELIBERAÇÕES SUGERIDAS POR DIMA NEGEIROS NO GT DE ACESSIBILIDADE DOS PONTOS DE CULTURA

1. Disponibilizar os sistemas de acesso aos mecanismos públicos de fomento em formato conforme o conceito de acesso universal à informação (entendendo que a LIBRAS não é uma modalidade comunicativa de acesso à Língua Portuguesa) e garantir a presença dos itens que contemplem os recursos e serviços de tecnologia assistiva nos editais de acesso aos mecanismos de fomento;

2. Promover, fortalecer e garantir a capacitação para a Plena Acessibilidade Cultural e Artística dos agentes culturais, movimentos sociais e entidades culturais públicas e privadas, atuantes na área de educação e cultura;
3. Garantir e promover a circulação e manutenção de artistas e coletivos com deficiência.
4. Criar e apoiar programas, projetos e ações de acessibilidade e produção cultural nas suas dimensões arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, tecnológica e atitudinal para o público, bem como para os agentes culturais, grupos coletivos, artistas com deficiência e mobilidade reduzida , por meio de inclusão de diretrizes especificas, garantindo e promovendo a circulação e manutenção.
5. Garantir e fortalecer dentro dos editais do "Cultura Viva" rubricas específicas para acessibilidade cultural. Para o MINC dentro da Nota da Jornada Científica de Acessibilidade Cultural: Com a composição do GTO restrita a servidores públicos do Ministério da Cultura e da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, os novos especialistas em Acessibilidade Cultural reivindicam a sua ampliação, no sentido de incluir representantes de entidades da sociedade civil, provenientes de todas as regiões do Brasil, ligados a causa da pessoa com deficiência e as universidades que realizam pesquisas nesse campo de conhecimento.

MOÇÃO DE APOIO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Dos Deputados;

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU, incorporada à legislação brasileira em 2008, com equivalência de emenda constitucional, determina a garantia dos direitos culturais para pessoas com deficiência, o que no Brasil representa mais de 45 milhões de habitantes, a maior parte vivendo na pobreza.

Nós, ONG Escola de Gente – Comunicação em Inclusão, os/as participantes do IV Seminário Nacional de Acessibilidade em Ambientes Culturais e do II Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural, assim como os/as participantes da Teia Nacional da Diversidade 2014, realizada em Natal/RN, nos dias 19 a 24 de maio de 2014, ao manifestar nossa urgência de que o **teatro acessível** seja uma prática cotidiana no país, de modo a garantir acesso aos direitos culturais, solicitamos, em nome da Campanha "Teatro Acessível. Arte, Prazer e Direitos", que:

- O PL 6139/2013, que institui o Dia Nacional do Teatro Acessível, 19 de setembro, seja colocado na próxima pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados para discussão e aprovação. Isso feito. Solicitamos caráter de urgência para que o projeto seja prontamente encaminhado às comissões temáticas pertinentes do Senado Federal. Após essa tramitação, envidaremos esforços para que seja enviado na brevidade possível à sanção presidencial, com a lei promulgada antes do dia 19 de setembro de 2014.

II Encontro nacional de acessibilidade cultural
IV Seminário nacional de acessibilidade em ambientes culturais
23 de maio de 2014

Relatoria Manhã

Relatores: Thácito Regies, Layziane Dantas, Dayanne Fernandes
Participantes: Jeniffer Cuty – UFRGS;
Patricia Dorneles – UFRJ;
Jefferson Fernandes – UFRN;
Catarina Shin – UFRN
Concluintes da primeira turma do curso de especialização em Acessibilidade Cultural – UFRJ

- Formar gestores públicos para a implantação de uma gestão sensível a acessibilidade cultural.
- Mudança na perspectiva na visão das medidas de acessibilidade.
- Curso de especialização em acessibilidade cultural criado para sensibilizar os gestores na implantação de políticas mais coerentes com a realidade dos diversos tipos de deficiência.
- Cursos que pensem uma formação enquanto construção de uma política de acessibilidade cultural no direito da fruição e consumo da cultura por parte das pessoas com deficiência.
- O papel das universidades na formação, pesquisa e articulação em políticas públicas de acessibilidade através da implantação de novos currículos que valorizem a importância da acessibilidade nos ambientes culturais.
- Atendimento de serviço para alunos com deficiência e construção de pesquisa na área da acessibilidade a partir da criação do centro de acessibilidade.
- Investigar os processos e perspectivas na área sensorial a partir dos conceitos da audiodescrição.
- Dificuldade de acesso aos materiais teóricos que dialoguem com a questão da deficiência por parte do grande público.
- Criação de disciplinas como a musicografia braile aumentando a área de contato dos alunos graduandos com as possibilidades de atuação dentro da acessibilidade nas suas formações enquanto docentes.

- Reflexão dos projetos criados na conclusão da primeira turma de especialização em acessibilidade cultural dialogando com a projeção prática dos gestores formados em seus espaços de trabalho, atuando também, no campo das políticas culturais auxiliando e orientando a implantação da acessibilidade cultural para todas as linguagens estéticas e artísticas.

II Encontro nacional de acessibilidade cultural
IV Seminário nacional de acessibilidade em ambientes culturais
24 de maio de 2014

Relatoria Manhã

Relatores: Thácito Regies, Layziane Dantas, Dayanne Fernandes
Participantes: Arnaldo Godoy – MG;
Leonardo Castilho – SP;
Willian Coelho – Rapper;
Felipe Monteiro – UFBA;
Elke Riedel – UFRN;

Cultura acessível sobre a ótica de um artista:

- Importância da participação das pessoas com deficiência nos diferentes conselhos de cultura e educação nacionais, estaduais e municiais, para pautar os orçamentos e recursos necessários.
- Estabelecer prioridades, programas de ação dentro do orçamento (recursos estaduais, municipais) através dos conselhos que regulamentem as atividades dos grupos, no tocante da acessibilidade cultural.
- Conscientização da deficiência enquanto possibilidade de potência artística e não enquanto limitadora de experiências sociais.
- Uso da arte como uma ferramenta declarada de crítica.
- Democratizar a música lírica – Ópera; ampliar a inclusão da pessoa com deficiência neste estilo musical.
- O que a sociedade tem a ganhar com pessoas de corpo diferentes produzindo arte? E o que ela tem a perder?
- É preciso mais imaginação e menos caridade para com os deficientes.
- Acessibilidade na visitação dentro de museus, enquanto meio de possibilitar o acesso à arte para deficientes por meio da linguagem de sinais, a exemplo do trabalho feito no M.A.M. (Museu de arte moderna de São Paulo). Videoguia, audiodescriçao e audioguias são recursos de acessibilidade usados para as visitas nos museus.
- Discussão das propostas prioritárias.

Sugestões da plenária:

- Incluir e promover a acessibilidade a todos os pontos de cultura.
- Inclusão de eventos culturais.
- Participação e autonomia da acessibilidade.

II Encontro nacional de acessibilidade cultural IV Seminário nacional de acessibilidade em ambientes culturais	
Relator/a: Dayanne Fernandes, Thácito Regies, Layziane Dantas Facilitadores: Dilma Negreiros, Patricia Dorneles e Carla Mauch.	
Definir as ações prioritárias para o segmento. (Propor ação, fomento, periodicidade, elencar três ações prioritárias)	1) Garantir e incorporar dentro dos editais do Programa Cultura Viva rubrica específica para acessibilidade cultural, a exemplo do Kit Multimídia, deixando a previsão dos itens para ser decidida no encontro de formação. 2) Garantir e disponibilizar nos editais do Programa Cultura Viva, nas três instâncias governamentais, acessibilidade comunicacional plena, a partir da oferta de recursos e serviços de tecnologia assistiva. 3) Criar e apoiar programas, projetos e ações de formação e produção cultural com acessibilidade nas suas dimensões arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal para o público, bem como para os agentes culturais, grupos coletivos, artistas com deficiência, mobilidade reduzida e transtorno mental, por meio de inclusão de diretrizes especificas.
Propor estratégia de articulação com o Sistema Nacional de Cultura (entre o Sistema Minc e entre os entes federados, elencar três propostas)	4)Promover, fortalecer e garantir a autonomia e a participação plena das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e mobilidade reduzida por meio da ampla e diversificada oferta de recursos de acessibilidade, de forma imediata, conforme preconiza a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, único tratado internacional que foi adotado no Brasil com equivalência de Emenda Constitucional instituído pelo Decreto 6.949/2009, e o seu Protocolo Facultativo (2008), que estabelece o monitoramento desse dispositivo legal. 5) Mapear no Programa Cultura Viva as pessoas com deficiência que atuam como artistas, produtores, técnicos, gestores culturais e público atendido e garantir e promover a programação, circulação e manutenção de artistas e coletivos de pessoas com deficiência.

	6)Disseminar a campanha Teatro Acessível. Arte, Prazer e Direitos, que nasce no âmbito do Programa Cultura Viva, buscando mais responsabilização da sociedade civil e do governo na garantia dos direitos culturais para pessoas com deficiência, por meio da imediata aprovação do PL 6139/2013, que institui o Dia Temático Teatro Acessível. Arte, Prazer e Direitos, na Câmara dos Deputados e Senado Federal para sanção até o dia 19 de setembro de 2014, quando será celebrado.

Forum nacional dos pontos de cultura- Indígena	
Relator/o: Joffison da Silva e Milêdja Lurian	
Relatoria 19T	Defesa das culturas indígenas. (homem com cocar maior - Povo Tukano amazonas) . Rio Jordão – Um ponto de cultura. Falta de internet para comunicação fora da comunidade. . Rio negro (Solimões) – Descaracterização da cultura indígena pelos não índios. . Criar equipe de monitoramento dos recursos repassados. Desburocratizar o repasse dos recursos. . Abrir editais com linguagem acessível. Uma linguagem que os índios possam entender. . São Gabriel – Pontão de cultura que organizar outros pontos de culturas tem dificuldade para regularizar. . Andila (Ponto de cultura do Rio Grande Sul) – A escolarização diferenciada não acontece. Não é trabalhada a cultura indígena (local) dentro da escola. . Criação de uma universidade indígena. Uma universidade que conversa com a liderança indígena e que seja implantada dentro de uma reserva indígena. . Corte do item 19 – Indígenas. Na plenária do dia 19/05/2014. . Melhor divulgação dos pontos de culturas pelos próprios povos indígenas. . Povo Tembé – Falta de acompanhamento das próprias entidades que repassam os recursos dos editais nas comunidades indígenas (Minc). . Segurança nos territórios.
Relatoria 20M	Scoboo-- “até hoje estou filmando com esses equipamento” “ é muito difícil decifrar a língua portuguesa” “hoje estamos chegando num ponto de a gente pedir contribuição, depois que foi tudo estragado, desruido” “ a cultura tá com a gente mas, a gente precisa saber trabalhar com ela.” “ a gente não domina a língua portuguesa, mas se fizer imagens serve como documento” -----Povo axelenca------ bem “ eu não vi como alguém pescou mas agora vi como ela pescou, não vi como Ela flechou mas, agora vi como ela flechou.” Quando a pessoa vê ela aprende melhor.” “ a gente tem capacidade de ver e fazer as coisas acontecendo” “queria muito que o governo pudesse olhar esse projeto e dizer, que é bom.” “” quantas terras indígenas estão sendo invadidas de forma tão massacrosa?” “ a ancine infelizmente é um empecilho para a cultura indígena.” “ existe sim um grande interesse do publico brasileiro em estar vendo esses filmes.” “um programa de televisão que documenta a perda lingüística.” “ tem que ser fortalecido os canais de divulgação indígena” ----adailmir Miranda---Piauí “os grandes coronéis do Piauí acabaram com a cultura indígena” “a gente descobriu muita coisa que veio da cultura indígena”

	" inclusive , descobrimos cemitério indígenas escondidos" Propostas prioritárias -nayara-" o instrumento do governo é falho, muita vezes não consegue nos ouvir." "A gente tem que pensar em propostas." E também de cobrar do governo que essas políticas publicas tenham continuidade." " a capacitação dos gestores de base é fundamental para que o programa funcione." "Queremos que essa política se expanda ou fique parado ?" O" ponto de cultura tem que dar a oportunidade para que os nossos programas funcionem." " cultura pra gente não é um produto." - desburocratização" -qualificar gestão " -troca de experiências dos pontos de cultura -criar um festival específico cinema indígena -pensar na questão da comercialização das produções. -criar um edital especifica especializado indígena. -carta cobrando a voltar a ter o espaço na TV aberta de programação indígena. -o projeto para o índio tem que ser de linguagem acessível -manter a tradição Milenar independente de dinheiro. "-nós viramos objeto de pesquisa de pessoas de fora" -Ter boa liderança nas bases, ser fiel a cultura indígena. -ser pesquisado pela própria cultura. -Política de educação diferençada a partir do diálogo com as pessoas mais velhas da tribo. -Garantir o fórum de pontos de cultura indígena -Reforçar a necessidade de uma universidade específica -Fazer valer a lei 12.965. Que obriga as escolas a ensinar a cultura indígena. - Garantia de direitos de imagens. -Mais acesso a tecnologia para divulgação. -Maior compreensão do ministério da cultura para com os índios. -Ampliar o numero de pessoas na FUNAI com capacitação para lidar com as comunidades indígenas.
Relatoria 20T	1. Realizar processos de formação e intercâmbio continuados entre os pontos de cultura indígenas promovidas sempre que possível pelos próprios indígenas que já dominam as linguagens tecnológicas. 2. Criar um festival audiovisual indígena para circulação dos produtos dos pontos de cultura indígenas. 3. Criar mecanismos de comercialização dos produtos (vídeos, artesanatos, livros, cd's, etc.) realizados pelos pontos de cultura indígenas. 4. Realizar um edital específico de audiovisual destinado as comunidades indígenas.

	5. Criar regulamentações específicas na ANCINE que respeitem as particularidades das culturas indígenas (por exemplo, a proibição da exposição da nudez intrínseca a determinados rituais ou situações de vida indígena). 6. Garantir a inserção de pagamento na emissão certificado de produto brasileiro (CPB) para indígenas na ANCINE e que todas as federações e associações indígenas sejam registradas nesta agência. 7. Garantir espaços na TV aberta e especificamente no canal Brasil para divulgação dos produtos audiovisuais dos povos indígenas. 8. Criar um edital no MINC voltado para distribuição dos produtos audiovisuais e publicações indígenas nas comunidades indígenas. 9. Estabelecer uma parcela formal entre o MINC e o MEC para garantir a inclusão dos produtos dos povo indígenas (por exemplo: audiovisual, livros, cd's e etc) como material para-didático nos territórios etnoeducacionais. 10. Realizar editais de prêmios voltados para os pontos de cultura indígena sem burocracia que contemple comunidades indígenas de todos os estado brasileiros. 11. Fortalecer a proposta de criação de uma universidade indígena. 12. Garantir a realização do Forum nacional dos pontos de cultura indígena em 2014. 13. Regulamentar a garantia e execução da Lei 11.645 que obriga a promoção a divulgação das culturas indígenas e afrobrasileira na rede educacional do Brasil. Propor a parceria do MINC para levar a proposta ao MEC. 14. Ampliar os recursos humanos no MINC voltados exclusivamente para implantação da política cultural destinada aos povos indígenas, qualificando-as assim para o entendimento pleno das realidades específicas dos povos indígenas, priorizando profissionais indígenas. 15. Garantir direitos de uso de imagens com prévia consulta e retorno as comunidades indígenas, das produções dos pontos de cultura indígenas. (envolver a FUNAI nesse processo). 16. Garantir que o plano de trabalho do MINC (SCDC, principalmente) esteja pautado pelas decisões das instâncias de participação indígena (colegiado setorial, conselho, GT dos povos indígenas da rede nacional dos pontos de cultura). 17. Criar editais específicos com recursos orçamentários garantidos para povos indígenas nos diversos órgãos setoriais do MINC. 18. Garantir o protagonismo indígena em todas as etapas de constituição e desenvolvimento das ações dos pontos de cultura indígenas. 19. Garantir a presença de representantes indígenas nas instâncias de decisão de alocação de recursos para projetos culturais, sobre tudo na comissão nacional de incentivo a cultura/CNIC. 20. Os projetos de pontos de cultura indígenas devem garantir a existência de espaços físicos e mobiliários apropriados que permitam a preservação dos equipamentos e materiais e acervos em geral. Garantir a manutenção dos equipamentos disponibilizados para os pontos de cultura indígena. 21. Garantir o acesso a internet através da instalação de antenas GESAC com acompanhamento e qualificação para manutenção dos equipamentos. Garantir que a instalação ocorra no máximo em dois anos. 22. Garantir o acompanhamento dos projetos de pontos de cultura indígena por equipes do MINC e dos representantes do colegiado indígena e do GT dos povos indígenas dos pontos de cultura. 23. Solicitamos que o Ministério da Cultura inicie o processo de Decreto da

	presidente Dilma Rousseff, de publicação no "Diário Oficial", de quitação de prestação de contas de todos os Pontos de Cultura Indígenas do Brasil que comprovarem o cumprimento do objeto. **(**Houve também propostas direcionadas para as próprias comunidades e também críticas a encaminhamentos do MINC em relação ao Forum**).**
Definir as ações prioritárias para o segmento. (Propor ação, fomento, periodicidade, elencar três ações prioritárias)	1. Garantir o acesso a internet através da instalação de antenas GESAC com acompanhamento e qualificação para manutenção dos equipamentos. Garantir que a instalação ocorra no máximo em dois anos. 2. Garantir a presença de representantes indígenas nas instâncias de decisão de alocação de recursos para projetos culturais, sobre tudo na comissão nacional de incentivo a cultura/CNIC. 2.1 Solicitamos que o Ministério da Cultura inicie o processo de Decreto da presidente Dilma Rousseff, de publicação no "Diário Oficial", de quitação de prestação de contas de todos os Pontos de Cultura Indígenas do Brasil que comprovarem o cumprimento do objeto. 2.2. Realizar editais de prêmios voltados para os pontos de cultura indígena sem burocracia que contemple comunidades indígenas de todos os estado brasileiros. 3. Garantir que o plano de trabalho do MINC (SCDC, principalmente) esteja pautado pelas decisões das instâncias de participação indígena (colegiado setorial, conselho, GT dos povos indígenas da rede nacional dos pontos de cultura). 3.1. Garantir o acompanhamento dos projetos de pontos de cultura indígena por equipes do MINC e dos representantes do colegiado indígena e do GT dos ovos indígenas dos pontos de cultura. 3.2 Estabelecer uma parcela formal entre o MINC e o MEC para garantir a inclusão dos produtos dos povo indígenas (por exemplo: audiovisual, livros, cd's e etc) como material para-didático nos territórios etnoeducacionais. 3.3. Fortalecer a proposta de criação de uma universidade indígena. 3.4. Criar editais específicos com recursos orçamentários garantidos para povos indígenas nos diversos órgãos setoriais do MINC. 4. Garantir o protagonismo indígena em todas as etapas de constituição e desenvolvimento das ações dos pontos de cultura indígenas.
Propor estratégia de articulação com o Sistema Nacional de Cultura (entre o Sistema Minc e entre os entes federados, elencar três propostas)	

RELATÓRIO TEIA 2014

Fórum de Culturas Afro-brasileiras
Teia Cultural da Diversidade 2014

O FÓRUM

Com o intuito de debater questões fundamentais para a participação do segmento da cultura afro brasileira, no programa Cultura Viva, de favorecer o intercâmbio cultural entre as várias iniciativas de valorização da cultura negra, das expressões dessa tradição cultural no Brasil e as comunidades quilombolas. O *Fórum de Culturas Afro-brasileiras* reuniu, lideranças culturais de todo o Brasil, em especial Pontos de Cultura Afro Brasileira, lideranças e jovens artistas negros, grupos e lideranças das comunidades de matriz africana.

Durante a Teia, a programação do encontro favoreceu a troca de experiências e o apanhado de subsídios para a criação da **Rede Cultura Viva Afro-brasileira** A rede é uma iniciativa da Fundação Cultural Palmares (FCP– MinC) e da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural (SCDC)

O PROCESSO DE PREPARAÇÃO

A participação da Fundação Cultural Palmares no GT Teia, permitiu uma intervenção maior da instituição na programação, a interlocução com os coletivos de cultura afro em especial a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, o GT de Matriz Africana dos Pontos e ampliar sua relação junto ao Colegiado setorial de Cultura Afro Brasileira do CNPC

Em reunião ampliada do Colegiado setorial de Cultura Afro Brasileira, foi avaliada a proposta do GT de Matriz Africana dos Pontos de Cultura, e pactuada uma programação conjunta que contemplasse os interesses e objetivo do GT articulado com a principal tarefa do Colegiado Setorial de Cultura Afro Brasileira do CNPC e a Fundação Cultural Palmares em construir um Plano Setorial Nacional de Cultura Afro Brasileira.

Assim, com a parceria entre as instituições de governo e os coletivos da Sociedade Civil foi possível realizar uma programação com a consistência política e cultural desejada.

Durante o processo foi possível ainda envolver o IPHAN, a SEPPIR, a SNJ e instituições de PIR de Estados e Municípios.

PARTICIPANTES

Participaram em média duzentas pessoas por dia, dos diversos estados da Federação e de todas as regiões do Brasil.

TRABALHOS PARALELOS

A fundação Cultural palmares realizou durante a Teia Nacional uma pesquisa qualitativa com jovens de terreiro e lideranças jovens de cultura uma pesquisa sobre protagonismo da juventude negra, cujo resultado será traduzido em uma publicação sobre o tema.

PROGRAMAÇÃO
Dia 21/Maio - MANHÃ
Local: Espaço Territórios Tradicionais

ABERTURA

Fundação Palmares/SCDC/Representante do GT de Matriz Africana

Representante do Colegiado Setorial de Cultura Afro-Brasileira - Pai Lula (BA)

Saudação de Boas Vindas - Lideranças das comunidades tradicionais de matriz africana

Mestra de Cerimônia: Cêça Axé (Ponto de Cultura IROCO / PE)

Lançamento da Rede Cultura Viva de Cultura Afro-Brasileira

Foi apresentada a proposta da Rede cultura Viva Afro Brasileira e o edital a ser lançado posteriormente. Em uma parceria Fundação Cultural Palmares e SCDC

DEBATE

Programa Cultura Viva – Avanços e Perspectivas na Ótica das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Quilombolas.

PARTICIPANTES:

Representantes dos Pontos de Cultura – Mãe Lucia de Oyá (PE)

Representante do Colegiado Setorial Afro-Brasileiro do CNPC – Pai Paulo (SP)

Representante de Pontos de Cultura Quilombolas- Arnaldo de Lima (Comunidade Custanera - Teresina - PI)

Representante de Juventude – Kitangi Nogueira (SP)

Representante do GT Matriz Africana dos Pontos de Cultura – Mãe Bete de Oxum (PE)

Coordenação – Silvany Euclenio (SEPPIR/PR)

Debate aconteceu na abertura do Fórum de Culturas Negras, realizado na Teia da Diversidade, em Natal/RN

Uma saudação a Exú, orixá que representa a comunicação e a abertura de caminhos, marca o início do Fórum de Culturas Afro-brasileiras, na Teia Cultural da Diversidade 2014, em Natal/RN. O primeiro debate, da série que acontecerão até sábado, 24/05, reuniu o Colegiado da Setorial Afro-brasileiro, do PNPC (Plano Nacional de Políticas Culturais) e outros agentes de cultura negra para fazer uma avaliação sobre os 10 anos do Plano.

Uma política para a cultura afro-brasileira – O diretor de Fomento e Promoção da Cultura Negra, da Fundação Cultural Palmares (FCP-MinC), Lindivaldo Júnior, foi responsável pela fala motivadora da roda de conversas. Ele alertou para a necessidade do trabalho conjunto com os estados e municípios para construção e implementação de uma política nacional para a cultura negra brasileira. Nesse sentido, destacou a participação do Colegiado Setorial Afro nesses processos.

Márcia Rollemberg, secretaria de Cidadania e Diversidade do MinC, também participou da mesa de debates ouvindo as demandas desses agentes culturais e apresentando as respostas do Ministério, entre elas, a criação de editais de fomento específicos para a cultura negra. A secretaria reforçou o coro pela criação de uma política específica para a cultura afro-brasileira, a fim de ampliar as possibilidades de acessos e de inclusão (da população negra) aos mecanismos culturais. “Para além dos editais específicos, é necessário uma política integrada e articulada para sedimentar as conquistas dos direitos e avançar no diálogo”, disse Márcia.

A garantia da formação da população negra em políticas culturais, mais informação e um plano de comunicação que contemplem as necessidades das manifestações culturais negras foram algumas das proposições feitas por Pai Lula. De acordo com o babalorixá, a política deve servir para articular os agentes de cultura negra, em todo território nacional, para apoiar “sua luta incansável pela manutenção das identidades negras”.

Plano Cultura Viva - Apesar de reconhecerem a importância do Plano para manutenção da cultura afro-brasileira, os agente culturais negros teceram críticas à política pública. Aderbal Ashogum considera que o Plano ainda precisa chegar aos povos de matriz africana. "O Cultura Viva deve servir ao povo brasileiro, que seja de fato um programa de cultura de base comunitária", afirmou.

Kitangi Nogueira criticou as atuais condições de fomento à cultura negra e as dificuldades impostas pela legislação vigente aos produtores e criadores culturais. "A Lei 8.666 não é justa, pois nos exclui, não nos orienta e não prevê a distribuição igual de recursos". Ela alertou para melhorias na políticas de Pontos de Cultura, no sentido de discutir a redução de impostos nesses espaços de manutenção da cultura, garantindo a execução dos projetos. Kitangi falou anda sobre a necessidade da inclusão dos representantes de matrizes africanas nos conselhos estaduais e municipais de cultura.

Sobre as melhorias para o Plano, o representante do Colegiado Setorial Afro, Pai Paulo sugeriu a Márcia Rollemberg a criação de um Pontão de Cultura Negra por estado, capazes de reunir e apoiar a execução das demandas das culturas afro-brasileiras. O babá também chamou atenção para pouca pluralidade de vozes existentes nos debates realizados pelo Ministério, indicando a necessidade de incluir mais jovens, agentes culturais negros e religiosos de matriz africana nos conselhos deliberativos de cultura.

A yalorixá Beth de Oxum, representante dos Pontos de Cultura, falou sobre os desafios do Plano e o objetivo de "mudar a política cultural". Segundo Mãe Beth, os agentes de cultura negra precisa ocupar os espaços de decisão para "saber o que está a nosso favor e quais políticas podemos construir para o nosso povo". Ela alertou ainda para a necessidade de mais ações de comunicação. "A Comunicação é o pilar do protagonismo dos povos. Sem comunicação a gente não se vê nem se reconhece", concluiu.

Os debates contaram com a participação de representantes indígenas da rede de Pontos de Cultura, assim como de representantes de comunidades quilombolas. Arnaldo Lima, da comunidade Custanera/PI, apresentou as os entraves para produção cultural nesses espaços. Também participaram dos debates Silvany Euclenio, da SEPPIR, e a Mãe Ceiça Axé/PE

Dia 21/Maio - TARDE
Local: Espaço Territórios Tradicionais

I RODA DE CONVERSA: DISCUTINDO CULTURA NEGRA

Terreiros Tombados e Registrados

Convidados: Tata Kissendu, do Terreiro Bate Folha/BA, Kátia Alexandria Barbosa (Terreiro Bate Folha), Marcilino Gomes de Jesus (Terreiro Roça do Ventura), Jocenira Barbosa (Terreiro do Alaketu), Déia Maria de Almeida (Terreiro Gantóis), José de Ribamar Feitosa (Terreiro Opô Afonjá), Gersonice de Azevedo Brandão (Terreiro da Casa Branca), Neuza Conceição Cruz (Terreiro da Casa Branca), Neto de Azile (Representou a casa da Mina/MA)
Célia Corcino – Departamento de Patrimônio Cultural Imaterial do IPHAN

Coordenação: Lindivaldo Junior (FCP)

Debate na Teia Cultural da Diversidade 2014, reuniu as casas de religião de matriz africana tombadas pelo IPHAN

O tombamento das casas religiosas de matriz africana pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Nacional) é visto como uma conquista, mas ainda não garante a manutenção dos terreiros. Essa foi a conclusão dos representantes de alguns dos espaços que já receberam o reconhecimento do Instituto, durante os debates 'Terreiros Tombados e Registrados', no Fórum de Culturas Afro-brasileiras, realizado nessa quarta-feira (21), na Teia Cultural da Diversidade 2014, na capital potiguar.

Atualmente, são sete terreiros tombados pelo Instituto: Casa Branca, Ilê Axé Opô Afonjá, Gantois, Alaketu, Bate-folha e Oxumaré, em Salvador/BA, e a Casa das Minas Jejê, em São Luís (MA). A ekedi Nicinha é do Terreiro de Alaketu, fundado em Salvador/BA, em 1936, e tombado em 2005 pelo IPHAN. Segundo a religiosa, recentemente, o terreiro precisou de apoio do Instituto e não obteve êxito.

Mãe Neusa, do Terreiro da Casa Branca, reconhece o tombamento, mas alerta para as dificuldades que os terreiros enfrentam quanto a manutenção desde quando necessitam realizar reparos nas instalações até o pagamento de tributos como água e luz. "O IPHAN fez o tombamento, mas a manutenção da Casa é feita por nós, os filhos da Casa, não contamos com ajuda nenhuma". A yalorixá contou que, atualmente, a área é alugada para terceiros, numa tentativa de garantir a existência do terreiro.

Pai Neto de Azile, da Casa das Minas/MA, também enfrenta essas e outras dificuldades. Segundo ele, uma das únicas sobreviventes da tradição praticamente passa fome. "A casa é tombada, mas periodicamente a água é cortada", contou o babalorixá, lembrando que Mãe Celeste, uma das referências do terreiro, morreu praticamente sem assistência num hospital público em São Luiz/MA. Pai Neto é defensor do registro e salvaguarda do Tambor de Criola e contou que também tem encontrado desafios nesse sentido.

De acordo com os critérios para tombamento, os reparos realizados nesses espaços dependem de avaliação e autorização prévia do IPHAN e esse foi um desafio colocado pelos religiosos, pois esse processo pode durar até 2 anos. Célia Corsino, diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto, explicou aos presentes como acontecem os processos de tombamento desenvolvidos pelo órgão, e respondeu aos questionamentos dos líderes religiosos sobre as ações de apoio que poderiam ser desenvolvidos pelos terreiros tombados, assim como as responsabilidades que cabem ao IPHAN após o reconhecimento.

Bate Folha/BA – Por outro lado, Tata Kissendu, do Terreiro Bate Folha/BA, contou que o tombamento foi importante por reconhecer uma das primeiras casas de candomblé de Salvador. Segundo o religioso, o mais importante foi saber que a terra não seria mais invadida. "O tombamento nós trouxe essa tranquilidade, a proteção desse espaço", disse. Entretanto, o Tatá aponta a necessidade de preservar também os tecidos, vestimentas, rezas e cantigas para que a comunidade possa acessar esses materiais. O babalorixá disse que o terreiro espera tão logo poder fazer parte do Plano Cultura Viva, como um espaço mantenedor da cultura negra.

Também participaram dos debates Mãe Lúcia, Makota Kizandembu entre outros e outras líderes religiosos/as. Aderbal Ashogun foi o facilitador.

Dia 22/Maio - MANHÃ
Local: Espaço Territórios Tradicionais

II RODA DE CONVERSA:DISCUTINDO CULTURA NEGRA

A experiência das Lideranças de Matriz Africana, Mestres e Mestras de Cultura Tradicional

Participantes: Rosildo Moreira do Rosário (BA) - Samba de Roda, Esmeraldina dos Santos (AP), Mestre Curió (BA) - Capoeira, Ricardo de Moura (MG) - Congada, Marcelino Azevedo (MA) - Associação Cultural e Folclórica de Guimarães - Boi do Maranhão, Rita Santos (BA) – Associação das Baianas do Acarajé

Facilitador: Pedro Neto (Colegiado Setorial Afro Brasileiro – CNPC / SP)

Mestres das culturas negras populares estiveram reunidos para contar suas vivências e apresentar suas demandas para subsidiar a construção do Plano Setorial para a Cultura Afro-brasileira, na tarde desta quarta-feira (22). O debate marcou a mesa Discutindo Cultura Negra II: a experiência de Matriz Africana, Mestres e Mestras de Cultura Tradicional, realizada na Teia Cultural da Diversidade 2014, em Natal/RN.

Samba de Roda da Bahia - Segundo o mestre do Samba de Roda Rosildo do Rosário, presidente da Associação dos Sambadeiros e Sambadeiras do Estado da Bahia, seis municípios baianos já instituíram o Dia do Samba de Roda. Durante os debates, o mestre contou sua vivência na cultura tradicional e a trajetória de trabalho para a construção de um plano de salvaguarda para o Samba de Roda, tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Artístico Nacional) em 2005. Rosildo também lembrou a criação da Casa do Samba em Santo Amaro, no mesmo estado.

Boi do Maranhão - "Faço cultura de subsistência há 44 anos", disse o mestre Marcelino Azevedo, representante da Associação Cultural e Folclórica de Guimarães/MA. Marcelino falou sobre as dificuldades encontradas para dar continuidade ao festejos do Boi do Maranhão e do Tambor de Criola, umas das principais atividades culturais do estado. Segundo o mestre, o racismo impede o acesso aos investimentos o que torna um desafio manter a cultura. Contudo, ele se sente esperançoso com a proposta do Ministério da Cultura, quanto a realização de melhorias nos equipamentos culturais do país, apresentada na manhã de ontem (23), durante a abertura da Teia 2014.

Baianas do acarajé - Rita Santos, da Associação Nacional das Baianas do Acarajé, contou sobre a caminhada contra a decisão da FIFA de proibir a venda de acarajés no Estádio da Fonte Nova, em Salvador/BA, durante a Copa do Mundo de Futebol, a ser realizada no país no próximo mês. Segundo ela, o reconhecimento do ofício pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) não as assegurou, pois eles "ainda não sabem o que fazer com as baianas", afirmou. "Existem baianas do acarajé no Brasil todo, elas precisam ser reconhecidas pelos governos. O título do patrimônio é bom, é bonito, mas é difícil", completou.

Capoeira - Mestre Curió, 69 anos de Capoeira, falou sobre o trabalho que realiza em Salvador/BA. Ele explicou como a Capoeira resgatou das ruas 450 crianças em situação de vulnerabilidade. “A cultura não veio agora, ela já vem desde os nossos antepassados”, disse o mestre num discurso vibrante, onde criticou a política de editais e as dificuldades impostas pelas leis públicas de incentivo á cultura. Ele solicitou que a Capoeira seja incluída no Plano Setorial de Políticas para a Cultura Afro-brasileira.

Sob a moderação de Pedro Neto, integrante do Colegiado Setorial Afro, participaram, também, dos debates o mestre da Congada de Minas Gerais, Ricardo Moura, e Bob Controvercista, do Hip Hop de São Paulo/SP.

Mara Karina/Ascom

FCP

Mestres ressaltam peculiaridades da matriz africana na cultura

Mara Karina/Ascom

FCP

Mestre Curió

Dia 23/Maio - MANHÃ
10h – Local: Espaço Territórios Tradicionais

As mesas de Juventude e de Arte negra foram fundidas em uma única devido, por decisão da coordenação tendo em vista a produtividade da ação realizada na tenda (espaço Territórios Tradicionais)

ESCAMBO CULTURAL - Juventude Negra e Protagonismo Cultural

Representantes do Plano Juventude Viva (SNJ/SEPPIR) - Geovan Banto

Participantes: Viviam Oyanassé (BA), Jefferson de Oliveira Chaves - Cebolinha (Bonde do Passinho/RJ), Suelen Tavares (Jongo da Serrinha/RJ), Milson Omiletó (MA), Lamartine Silva (Coletivo Casa Preta/PA), Everlane Moraes (SE)

Coordenação: Douglas Santos (Fundação Cultural Palmares) e Arthur Leandro (Colegiado Setorial Afro – CNPC)

ARTE NEGRA

Hilton Cobra – Presidente da Fundação Cultural Palmares

Adriano José Lima de Jesus (SP) - Rede Kultafro

Naira Silva Fernandes (RJ) - ACOBEN

Biza Viana (RJ) - Afro-Carioca de Cinema

Jorge Washington (BA) – Bando de Teatro Olodum

Coordenação: Arthur Leandro (Colegiado Setorial de Cultura Afro-Brasileira)

É atuando como mantenedores da cultura que os/as jovens negros e negras combatem o genocídio da juventude afro-brasileira. A forma como esse processo tem acontecido no país motivou a 4ª edição do Projeto Escambo Cultural, realizada durante a Teia Cultural da Diversidade 2014, em Natal/RN, na tarde de sexta-feira 23/05. Agentes culturais de várias partes do Brasil estiveram no debate sobre protagonismo juvenil.

Representando a Agência Solano Trindade/SP, Thiago Vinícius falou sobre o trabalho para o fomento da cultura periférica na Região Sul paulista. Segundo o ativista, a agência atua em defesa da diversidade cultural dos povos tradicionais, utilizando a economia solidária como fio condutor para o debate sobre a inserção jovem no desenvolvimento econômico.

Mais ação do Estado - Suellen da Silva, jovem de terreiro e integrante do Jongo da Serrinha, fez uma provocação a mesa pedindo informações concretas sobre o trabalho da Fundação Cultural Palmares (FCP-MinC) e do Plano Juventude Viva para de fato solucionar a situação de vulnerabilidade social e econômica da juventude negra. "Já falamos demais, queremos ação", disse.

"O racismo é o maior responsável pelo genocídio da juventude negra", considerou Geovan Banto, articulador do Plano Juventude Viva. Geovan explicou como funciona o Plano , quais ações estão sendo desenvolvidas e as alternativas reais que o Plano pode dar. "O que vimos dizendo para o governo é que não queremos somente sensibilidade, já temos os dados, estão ai. Queremos agora ações concretas", concluiu.

A Rede Mocambo/MA esteve representada nos Fórum por Milton Omiloté. Ele contou que o coletivo tem construído novas linguagens e tecnologias para fortalecer os debates

sobre territorialidade e tradição. “A educação é historicamente racista. Existe uma ideologia da eugenia branca massacrando as nossas crianças e jovens negros”, pontuou. Segundo ele, a Lei 10.639/2003 e o Plano Juventude Viva precisam, também, apresentar formas de solucionar essas questões.

Mais espaço para a juventude – André de Moraes, do Jongo do Dito/SP, falou sobre a necessidade de mais protagonismo para a juventude negra, pois “quando a juventude não tem espaço, ela vai para criminalidade, pois ali eles encontram”, alertou. André conta que logo deixará de ser jovem e espera que outros possam assumir o trabalho que vem desempenhando junto a juventude de terreiro. “Somos diversos e o Estado precisa entend Do Sergipe, a jovem de terreiro Everlane Santos contou que o interior do estado tem a maior concentração de grupos folclóricos do país. Ela acredita que a juventude tem o papel de manter essa cultura na tentativa de desconstruir o imaginário racista que ainda os cerca. “O jovem produz e se reproduz e é um direito deles se colocarem como continuadores da sabedoria dos mais velhos”, disse. A jovem reconhece as dificuldades de abertura de espaços para os jovens e às culturas afro-brasileiras. “Protagonizar a cultura no Brasil não é fácil, pois ao mesmo tempo que temos uma cultura diversa, não temos espaço para difundi-la”, concluiu.

Participaram dos debates o dançarino Jefferson Cebolinha, do Bonde do Passinho/RJ, a rapper Karol Raiol/SP. A moderação da mesa ficou por conta de Douglas Santos, da Fundação Palmares, e Arthur Leandro, do Colegiado Setorial Afro-brasileiro, do Conselho Nacional de Políticas Culturais.

Arte Negra - Unida aos debates sobre juventude, agente culturais negros embarcaram nos debates e fortaleceram a presença e a atuação dos jovens no campos das manifestações artísticas e culturais afro-brasileiras. “Dignidade e democracia cultural, nos negros somos protagonistas dessa história, lutar pela honestidade dessa cultura e visibilidade da cultura negra”, disse a atriz Naira Fernandes, integrante do Coletivo Akoben.

Jana Agnon contou sua experiência na arte cênica e as formas que encontrou para driblar o racismo que ainda resiste na profissão. A atriz criticou a política de editais de incentivo a cultura e a suspensão dos editais para agentes culturais negros, lançado pelo Ministério da Cultura, em parceria com a SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), "somente o fato de impedir o andamento do processo, vemos o racismo institucional o qual estamos inseridos", disse. Jana falou sobre o coletivo Meninas Black Power, que trabalha a valorização da identidade negra em escolas do Rio de Janeiro.

Adriano de Jesus, da Rede Kultafro, falou sobre capacidade da cultura de superar a invisibilidade do povo negro. Adriano criticou o embraquecimento das tradições afro-brasileiras, "nossa cultura tem que ser compartilhada e não apropriada pelo sistema branco. A gente enfrenta o racismo encarando o sistema". O produtor cultural explicou a escolha de contratar mão de obra negra para seus trabalhos, segundo ele, além de dar oportunidade o trabalho flui com facilidade. "O processo cultural é colaborativo", considerou.

O presidente da Fundação Palmares, Hilton Cobra, também participou da mesa e falou sobre os projetos que estão em andamento na Fundação, assim como as articulações para a construção do Plano Setorial de Políticas Culturais Afro-brasileiras e a necessidade urgente de uma política cultural que compreenda as especificidades da cultura de matriz africana.

Dia 24/ Maio - MANHÃ

09h – Local: Auditório Principal da Teia

III RODA DE CONVERSA – Marcos Legais

Cultura Viva (PLC 90/2013)

Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (PL 7447/2010)

Mestres (PL 1176/2011)

Representante do Movimento Social: Marcelo Manzatti e Aderbal Ashogum

Assessoria da Deputada Federal Alice Portugal – Comissão de Cultura

Representante da SCDC – Daniel Castro

Coordenação: Lindivaldo Junior (Fundação Cultural Palmares)

QUSTÕES APONTADAS PARA ENCAMINHAMENTOS

1. Apesar da definição prévia de que o Fórum na TEIA não se um espaço de criação de GT, Comissões ETC, de definições políticas a serem encaminhadas. Entendemos que todo o debate produzido pela rede configuram subsidio para o trabalho do governo e sua articulação com a sociedade. Para o aprimoramento das ações das redes de pontos de cultura. Assim como subsídios para a construção do Plano Setorial Afro Brasileira. Contribuindo para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Cultura.
2. O Coletivo na Têia entendeu por bem fortalecer a reivindicação do Colegiado Setorial Afro Brasileira para a ampliação das cadeiras de cultura afro brasileira no Conselho Nacional de Políticas Culturais.
3. Outro aspecto importante foi a recomendação em envolver os terreiros tombados do Brasil nos debates de construção do Plano, indicando que o debate na cidade do Salvador/BA aconteça em uma das casas tradicionais tombadas pelo IPHAN.
4. Recomenda-se a participação dos coletivos que participaram da Teia, no acompanhamento dos processos de aprovação da Lei Cultura Viva e de todos os marcos legais que fortalecem a institucionalização como ação de Estado do Programa Cultura Viva.
5. Recomenda-se ainda um maior envolvimento dos coletivos afro no plano de ações da Rede Cultura Viva Afro Brasileira, de forma a envolver o GT de Matriz Africana dos Pontos de Cultura e o Colegiado Setorial Afro Brasileira do CNPC.

Coordenação do Evento - Fórum de Culturas Afro-brasileiras

Lindivaldo Junior – Diretor de Fomento e Promoção da Cultura Afro Brasileira

Douglas Santos – gerente da FCP

Mara Karina – Assessoria de Comunicação da FCP

Aderbal Asogun – Rede dos Pontos de Cultura / GT de Matriz Africana

Pai Paulo, Arhur Leandro, Pedro Neto, Bete de Oxum – Colegiado Setorial Afro Brasileiro do CNPC.

Natal, 23/05/ 2014

UMA POLÍTICA PARA A CULTURA INFÂNCIA[1]

Introdução:

A aprovação do Plano Nacional de Cultura/PNC -2012 – em especial o estabelecimento da Meta 47 – abre, pela primeira vez na história do país, uma perspectiva para a elaboração de uma política pública voltada especificamente para a Infância, ao mesmo tempo em que cria a oportunidade inédita de se conceber uma política de Estado que ultrapasse períodos governamentais e possa romper a descontinuidade que marca o nosso processo histórico, no campo da Cultura.
Atento a este novo momento nacional, um GT de profissionais da área de todas as regiões do Brasil – de experiência reconhecida, que vem, há longo tempo, se empenhando nesta conquista, em debate publico aberto na Teia da Diversidade/2014, considerou enfatizar seis propostas prioritárias e ações que assegurem os direitos fundamentais do direito da infância.
Entende este gesto como uma contribuição da sociedade civil, como uma oferta de parceria entre vários setores da cultura infância, nascida do comprometimento com uma causa comum: a aposta na diversidade, preservando a unidade – um desafio tipicamente brasileiro, diante da dimensão do nosso espaço continental e da variedade de vivências que este espaço abriga.

Fundamento:

Consideramos a Cultura Infância como transversal a todo o Ministério da Cultura e entendemos a rica diversidade cultural brasileira que constitui a identidade nacional como o suporte fundamental para o desenvolvimento de suas ações, também em articulação com as demais pastas.
Com base nesta percepção, sugere-se a implantação inadiável de uma política de Estado em relação à Cultura Infância, sem prejuízo de ações periódicas de cada gestão governamental certamente e igualmente atenta às exigências de cada contexto específico.
É importante garantir uma ação permanente de cidadania e identidade cultural, com a sensibilização e formação continuada de novos protagonistas, as nossas crianças.

Com base nos argumentos anteriores e com o objetivo de contribuir, no campo cultural, para a instituição de uma política de Estado, voltada para a Infância, propomos:

[1] Documento completo "Uma Politica Pública para Cultura Infância" (em anexo)

Proposta 1

Centro de Referência Nacional Cultura Infância

Criar um órgão específico que se ocupe da politica pública de Estado da Cultura Infância (Centro de Referência Nacional Cultura Infância), garantindo a inclusão no organograma do MINC.

O Centro de Referência Nacional Cultura Infância deverá considerar em seu primeiro quadro de gestão, profissionais multidisciplinares - de trabalho reconhecidamente comprovados - preferencialmente que contribuíram com a elaboração de uma política pública para a Cultura Infância.

- Oferecer condições para a irradiação da Cultura da Infância (extensiva à Adolescência), por meio de ações multidisciplinares, continuadas e transversais a todo o Ministério da Cultura, compondo interfaces com as demais pastas, outros órgãos e empresas;
- Propiciar a descentralização e a difusão das atividades por delegação de competência a Centros de Referência, estrategicamente localizados nas diversas Unidades Federadas;
- Promover a implantação, o acompanhamento e a sustentabilidade do PLANO, inclusive quanto a:
    - ✓ espaços físicos apropriado às atividades e
    - ✓ recursos orçamentários compatíveis com a proposta;
- Elaborar, com a colaboração da sociedade civil, políticas públicas para crianças e jovens, mediante a ampla participação dos diversos segmentos artísticos e culturais envolvidos;
- Sensibilizar e formar público infantil e juvenil no Brasil;
- Motivar público infantil e juvenil para a atuação como protagonista;
- Fortalecer a diversidade de linguagens culturais e a busca articulada de novas práticas educativas, incluindo ainda a formação de agentes multiplicadores do magistério.

Ações:

1. Atuação programática baseada nas vertentes da Cultura (Patrimonial e Ação Cultural), envolvendo as alternativas Fomento, Comunicação/Divulgação e Circulação;
2. Atuação em rede, valorizando parcerias;

3. Diversidade de protagonismo, também com a introdução de propostas inéditas, representativas das ricas manifestações culturais da Infância brasileira;
4. Amplitude que busca, progressivamente, transpor as fronteiras nacionais, iniciando por maior aproximação e intercâmbio com os países latino-americanos limítrofes, sem prejuízo de outras alternativas de viabilização possibilitadas por eventuais condições favoráveis.

Proposta 2

Quintais do Brincar

- Incentivar e assegurar a criação de áreas para o brincar espontâneo, não dirigido pelos adultos, em locais que mantenham programações culturais para as crianças, e disseminar o brincar, por transmissão oral, com suas brincadeiras e brinquedos.
- Fomentar, por meio de editais, a criação de espaços dedicados à Cultura da Infância em vários lugares do país – tanto nas pequenas cidades, quanto nos grandes centros.

Justificativa:

- Necessidade urgente de preencher uma lacuna na relação criança/sociedade e preservar o espaço livre da criança através da linguagem universal do brincar, valorizando, assim, a autoestima e o fortalecimento da identidade cultural local (tanto em grandes centros urbanos, quanto em zonas rurais, ribeirinhas, territórios indígenas, quilombolas e ciganos), pensando a Infância brasileira em toda a sua pluralidade.

Proposta 3

Altamente Recomendável: Escola

Implantação do Projeto Nacional de Circulação de Espetáculos, Filmes, Conteúdos Digitais Interativos, Exposições e Feiras de Excelência (Infanto-Juvenis), em articulação com a rede escolar, ampliando, progressivamente, o seu raio de ação e de variação de protagonismo e linguagens artísticas;

Proposta 4

Museu da Infância/Núcleo de documentação

- Criação e manutenção de espaço nacional propício à preservação de brincadeiras e brinquedos que compõem o rico acervo de manifestações regionais, bem como dos modos de vida e formas genuínas de entretenimento infantis, tão diversas, espalhadas pelo país inteiro.

Justificativas:

- Necessidade de preservação da memória brasileira com resgate do enorme conjunto de atividades características e peculiares de diferentes contextos nacionais.
- Registros sobre a criança brasileira de hoje, pela vivência do tempo presente, assegurando a memória histórica.

Abertura de perspectiva ilimitada para a pesquisa acadêmica, e formatação de redes.

- Núcleo de documentação, compreendendo a digitalização de imagens e a captação de depoimentos dos grandes mestres da Infância, assim como depoimentos das crianças de hoje, criando acervo desta memória histórica, até agora inexistente

Proposta 5

Reconhecimento aos mestres

Disponibilizar espaços e promover ações que oportunizem a transmissão do conhecimento tradicional dos mestres da cultura popular e da cultura infância (em geral) para as crianças, nos espaços e escolas públicas.

Assegurar a esses mestres a continuidade de seus trabalhos através de
(Não existe, até hoje, nenhum mecanismo de editais que diferenciem e valorizem os mestres da Cultura da Infância.

Proposta 6

Lugar de criança é (também) no orçamento

Garantir dotação orçamentaria para recursos a serem destinados à execução das estratégias e ações para a Cultura Infância dos Planos Setoriais, conforme o estabelecido na META 47 (do PNC), entendendo criança como prioridade absoluta, ainda em 2014, para todo o período do PNC.

GT Nacional Cultura Infância

Representados na Teia por:
Cecília C. B. Cavalcanti
Lydia Hortélio
Fabio Rocha Pina
Karen Acioly
Luiz Carlos Vasconcelos
Lúcia Coelho
Miguel Vellinho
Luiza Lins
Clarice Cardel
Claudia Werneck
Emidio Sanderson
Osiel Gomes
Patricia Dornelles

BALANÇO SITUACIONAL DE CREDENCIAMENTO

Matriz Africana	42
Acessibilidade (incluso acompanhante)	59
PVP	3
Pessoas Idosas	16
Colegiados (exceto Culturas Populares e Indígenas)	22
Pontos de Memória (25) e Pontos de Leitura (12)	37
LGBT	16
Culturas Populares (8) e Movimento Junino (7)	15
Educação	57
Ciganos	56
Juventude	5
Infância	8
Bolsistas	62
Comunicação e Imprensa	83
Gestores (Estaduais e Municipais)	201
Convidados SEC (gestores CEUs)	40
Convidados Internacionais	7
Convidados de Oficinas e Palestras	41
Mostra Artística	527
Feira solidária	19
Ação Griô	8
Indígenas	66
Oficinas Selecionadas	18
Participantes espontâneos	256
Delegados - Pontos de Cultura	615
CNPdC	41
Representantes de Pontos de Cultura Presentes aos Fóruns Estaduais	136
Representantes de outros Pontos de Cultura	47
Representantes de Redes Municipais e Estaduais	20
Apoio	173
Pessoal MinC	86
Representantes de outras Comissões	6
Representantes de outros órgãos	28
Não identificados	140
Consultores e Curadores	8
Total	**2964**